



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 22 - Nº 396 - DE 01 A 15 DE AGOSTO DE 2010 - R\$ 3,00



**Brasil é o 3º país com maior desigualdade:  
só se resolverá pela revolução proletária!**

## **100 dias de greve no Judiciário-SP**

**A “nova central” do PSTU já tem nome, mas  
não há acordo com as correntes da Intersindical**

**Colômbia: derrotar a política do imperialismo na América Latina**

**Cuba: burocracia castrista capitula frente a Igreja Católica**

**A burguesia e seus candidatos  
procuram arrastar as massas  
para a farsa do circo eleitoral.  
A frente de esquerda faliu  
e se desintegrou.**

**Combater a burguesia e defender a  
independência de classe, o programa da  
Revolução Proletária, as reivindicações dos  
oprimidos e o método da luta de classes:**

**VOTO NULO  
PROGRAMÁTICO**

# Internacionalização das eleições

As pesquisas eleitorais ainda não se apresentam como definitivas. Inicialmente, o candidato do PSDB, José Serra conta a seu favor com uma diferença substancial de 10% (38% a 28%). Assim que a população foi tomando conhecimento de que Dilma Rousseff era a candidata de Lula, o quadro de intenções mudou. No início de junho, o IBOP indicava 35% para Serra e 40% para Dilma. Em julho, o Datafolha constata empate técnico, 39% para Serra e 38 para Dilma.

As informações apontam que na medida em que a obscura candidata petista for associada à figura do caudilho Lula mais votos obterá. O equilíbrio e a polarização ainda são mantidos na disputa interburguesa. A camarilha que conduz a campanha peessedebista busca apoio na classe média urbana e rural. Em sua estratégia, tem claro que a situação econômica joga em favor da candidata lulista. Controle da taxa de emprego, inflação equilibrada e crediário farto, bem como programas assistencialistas, dão vantagens a Dilma, identificada como fator de continuidade.

Serra tem as mãos amarradas frente ao apoio popular conquistado pelo caudilho. O apoio empresarial a sua candidatura é imenso. No entanto, setores do grande capital não têm o que se queixar da administração de Lula, que lhes garantiu, de um lado, o refluxo da classe operária e, de outro, alta lucratividade. A tese de Serra de que poderia estar melhor caso a carga tributária fosse menor, as taxas de juros menores e o câmbio mais equilibrado atrai a alta camada burguesa, mas não chega às massas. Está aí por que o PSDB e o DEM internacionalizam a campanha. O objetivo é aterrorizar a classe média.

Há pouco Serra acusou Lula de ser complacente com o governo da Bolívia, Evo Morales, que fecha os olhos para o narcotráfico. Segundo o candidato, o combate ao comércio de cocaína crescente no Brasil é dificultado pelo “corpo mole” do mandatário boliviano. Certamente, trata-se das posições pró-Estados Unidos que se utilizam da campanha contra o narcotráfico para intervir na Bolívia, Colômbia etc.

A resposta de Lula ridicularizando o ataque de Serra e o de Dilma de que se tratava de “demonização” do país vizinho demonstra incapacidade de atacar as posições pró-imperialistas de Serra. O mesmo ocorreu recentemente com a acusação do vice de Serra, Índio da Costa, de que o PT tem vínculo com as Farcs da Colômbia e que, portanto, com a “narcoguerrilha”.

O político do DEM foi mais longe ao ligar as Farcs com

o Comando Vermelho do Rio de Janeiro, poderosa facção do narcotráfico. José Serra procurou amenizar a acusação de seu vice, reafirmando apenas o vínculo do PT com as Farcs. Lula apenas desmentiu e lamentou que Serra tenha lançado mão de tal expediente. A covardia de Lula, Dilma e do PT em responder a altura aos ataques dos adversários se sobressai na luta interburguesa.

A mentira é uma das armas da disputa eleitoral entre os partidos da burguesia. Mas não se trata apenas da mentira. José Serra fazia defesa da política de Uribe ditada pelos Estados Unidos. Política essa que vai mais longe do que a de liquidar com as Farcs. A Colômbia se tornou cabeça de ponte para o intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina. O estabelecimento de bases militares nesse país reforçou a capacidade de controle imperialista da região.

O candidato do PSDB se posicionou em favor do intervencionismo e o PT/Lula ficou acuado diante da questão, limitando-se a desfazer a mentira lançada por Índio. A resposta do presidente do PT foi a medida da covardia: “Serra está caindo no ridículo. Esse figurino de direita troglodita não assenta bem nele.”

Assenta, sim! O ex-militante da Ação Popular (AP), ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e ex-exilado da ditadura militar faz muito que assumiu integralmente a política da burguesia e do imperialismo. Não há nada de ridículo no fato do Serra defender o governo sanguinário, corrupto e vendido de Uribe.

A diretriz de campanha dos tucanos e dos demistas é a de traçar uma linha entre Serra que está a favor de Uribe, Allan Garcia e Piñera contra Chávez, Morales e Correia. De que lado está Dilma? Lula procurou diplomaticamente se colocar por cima das frações burguesas, como um Bonaparte, mas com leve caída para o nacionalismo de Chávez. Muito mais para o direito de Evo, Chávez etc exercerem a autodeterminação, a despeito de certos interesses dos Estados Unidos.

A burguesia brasileira e os partidos como PSDB e DEM vêm num ataque serrado ao nacionalismo chavista. O que definiu para o governo de Lula limites de aproximação com tais governos ditos de esquerda. Dilma não poderá cumprir o mesmo papel do caudilho. Uma clara definição de Serra objetiva pressionar a candidatura petista a expor suas debilidades e contradições frente à classe média.

## MST se pronuncia pela candidatura Dilma

Plínio de Arruda Sampaio é defensor histórico da reforma agrária no Brasil. No entanto, o candidato do PSOL não receberá apoio do Movimento dos Sem-Terra (MST). A razão está em que o candidato do reformismo pequeno-burguês terá baixa votação.

Há quem diga que a liderança do MST se move sobre a base do pragmatismo. Ou seja, acompanha as forças políticas que melhor lhe servem para conseguir verbas do Estado e assentamentos. Com seu apoio a Lula, no entanto, não obteve avanços na política agrária.

Lula não se distanciou o quanto se esperava da diretriz de FHC. Os assentamentos não deram um salto à frente. O MST

sofreu uma grande ofensiva de setores da direita pró-latifúndio e pró-agronegócio. A oposição manteve o governo Lula acuado, por meio de CPIs para apurar o uso de verbas destinadas às cooperativas do MST. O INCRA foi cercado de vigilância para não facilitar em nada as ocupações de terra. O MST se viu pressionado pelo governo para não ir à frente com as ocupações. A legalidade foi reforçada pelo governo, em defesa do direito de propriedade. Impôs-se maior disciplina para o uso dos convênios. Enfim, o MST recuou.

Nesse aspecto, Serra não tem muito que explorar. Está evidente que Lula contribuiu para a “paz social no campo”, em favor dos latifundiários. O próprio MST e a Pastoral da Terra

reconhecem que o movimento camponês perdeu terreno.

Numa recente entrevista, João Pedro Stédile justificou o apoio a Dilma com o argumento de que as ocupações poderão ser retomadas. Já sob Serra, a repressão será dura. O líder do MST acha que Dilma será menos repressiva, por não ser reacionária. Assim, a vitória de Serra será “a derrota dos movimentos sociais.”

Seguindo esse raciocínio, a eleição de Dilma será a vitória dos movimentos sociais. Não há nada de verdadeiro nessa explicação de Stédile. Em nenhuma eleição há vitória dos movimentos sociais. Por meio da democracia formal (eleições), constitui-se um novo governo burguês. Esse continuará a expressar a ditadura de classe dos exploradores sobre a maioria explorada.

Se Dilma está mais à esquerda de Serra no espectro da política burguesa, não deixa de expressar senão a política da classe antagônica ao proletariado, que por sua vez se opõe aos interesses da maioria camponesa pobre, que deve estar submetida ao poder dos latifúndios. Provocada pela candidatura opositora, Dilma afirmou que não é favorável à criminalização dos movimentos sociais, mas que não admitirá que esses ultrapassem a legalidade. A retórica de esquerda (não criminalizar) é acompanhada da defesa dos latifundiários e do conjunto dos capitalistas, ou seja, da propriedade privada dos meios de produção. Atuar com a legalidade para conter as lutas, significa criminalizar.

Lula não foi mais duro com o MST porque esse foi mais brando com Lula. Equivale dizer: recuou no método da ocupação e das manifestações.

Certamente, com o PSDB e o DEM na presidência, haverá

## Coordenação Nacional define o nome da nova Central

Reunida no Rio de Janeiro, nos dias 23, 24 e 25 de julho, a Coordenação Nacional, aprovada no Conclat, aprovou o nome definitivo da nova Central. Foram apresentadas três possibilidades. O nome Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas) foi aprovado com 128 votos. Portanto, foi retirada a sigla Intersindical e mantida a da Conlutas.

A solução tem sentido. Afinal, a ala da Intersindical que participou do congresso de unificação o rompeu justamente quando da votação do nome. Não teria sentido manter a sigla Intersindical, ainda que aprovada por maioria. A permanência do nome Conlutas também se justifica, uma vez que expressa a política do PSTU de cisão da CUT. Por enquanto, mantém-se a separação Conlutas e Intersindical, que por sua vez está dividida em duas facções.

A Unidos pra Lutar, vinculada ao PSOL, e MAS prestista terão de decidir se se reúnem com a fração da Intersindical, da qual faz parte o PCB, formam um novo agrupamento sindical ou se aceitam a decisão da Coordenação da CSP Conlutas. Tudo indica que a última possibilidade está descartada. O manifesto do bloco propondo condições para retomar a unificação foi desconsiderado pela Coordenação.

Em artigo, assinado pela Secretaria Executiva Nacional Provisória, as proposições do “Manifesto acerca do Congresso da Classe Trabalhadora –Conclat – e sua recomposição” foram

mudanças que afetarão o MST. A primeira delas será o corte de verbas que servem para sustentar os acampamentos. Como se vê, as diferenças são de grau e não de essência. E elas poderão ser reduzidas a depender da capacidade do MST de retomar as ocupações de terra e de se aproximar da classe operária. Tanto Dilma, quanto Serra governará condicionado pela grande propriedade capitalista e corresponderá aos interesses históricos da classe burguesa.

Ao omitir o caráter de classe das candidaturas e das forças políticas que as encarnam, Stédile leva o MST a colaborar com a formação do governo burguês. A tarefa da direção classista e revolucionária é a de mostrar o conteúdo de classe das eleições, dos partidos e do governo. A luta pela independência da classe operária e dos demais oprimidos se evidencia completamente nos períodos eleitorais em que os partidos da burguesia atuam sobre as massas para arrastá-las à formação do novo governo burguês como se fosse o governo de todos os brasileiros.

Há que rechaçar a política servil ao reformismo da direção do MST e defender o programa da classe operária, que é da revolução e ditadura proletárias. A reforma agrária nos marcos do capitalismo e do poder burguês já não é possível. É necessária a revolução agrária, produto da revolução proletária.

Há uma tarefa inadiável – unir os camponeses à classe operária, em uma aliança de maioria nacional para enfrentar a burguesia interna e o imperialismo. Essa aliança histórica se materializará sob o programa revolucionário que tem por estratégia a edificação de um governo operário e camponês, que exercerá a ditadura de classe do proletariado contra a reação burguesa. As eleições devem ser utilizadas para propagar entre as massas a estratégia da revolução.

rejeitadas, a não ser a mudança do nome.

No Massas anterior (395), analisamos o Manifesto e “Nota da Secretaria Executiva Nacional Provisória” da nova Central. Perguntamos se ainda era possível a unificação da Conlutas e Intersindical. Se dependesse do nome, o conflito seria resolvido. Ocorre que o nome foi apenas um motivo a mais para o fracasso do longo processo de unificação da Conlutas/PSTU e Intersindical/PSOL.

A fundação de uma nova Central desvinculada das massas proletárias, em um quadro de refluxo do proletariado e de controle da imensa maioria dos sindicatos pela burocracia da CUT e Força Sindical constitui uma aventura aparelhista. O fracasso da unificação retarda a experiência da militância sindical e partidária de esquerda com a política antimarxista de divisão das organizações sindicais.

Indicamos que esse fenômeno expressa, de um lado, a estatização da CUT sob a direção do PT e, de outro, o fortalecimento do centrismo encarnado pelo PSTU em uma parcela minoritária do sindicalismo, mas o suficiente para provocar a cisão aparelhista da CUT. Nesse processo, houve também a ruptura no PT, que deu origem ao PSOL e com ele a saída da corrente sindical ex-CUT pela Base, cuja composição é heterogênea e que expressa um sindicalismo aparelhista de esquerda pequeno burguesa reformista.

Esse agrupamento formou a Intersindical, que, em discussão com a Conlutas em torno da formação de uma nova Central, acabou se dividindo. A parcela majoritária decidiu pela unificação. No processo de constituição da Central, a Intersindical aglutinou um conjunto de forças opositoras ao PSTU, armando um bloco no Conclat.

Determinados alinhamentos se produziram, como a formação do Unidos Pra Lutar, uma facção ligada ao PSOL que atraiu sindicalistas ditos independentes e arredios ao partido revolucionário, como é o caso da FOS.

A Conlutas, por ser mais homogênea, dirigida pelo PSTU, se destacou como possibilidade de aglutinar o contingente de sindicalistas desencantados com a burocratização e estatização da CUT. No seio da Intersindical, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), trabalhou contra a aglutinação, que se daria sob a condução do PSTU, tido como trotskista. Apesar de permanecer com a minoria da Intersindical, o PCB saiu vitorioso em sua linha de não se subordinar à Conlutas. Para isso, contou com uma ala da burocracia de esquerda que esteve no PT e foi da CUT pela Base. O PCB estabeleceu como estratégia partidária “fortalecer a Intersindical”, portanto contribuiu com o estilhaçamento organizativo da classe operária.

Faz parte desse processo, pela direita, a divisão provocada pelo PCdoB, outra fração do estalinismo. Essa corrente cresceu à sombra do PT e da CUT e às custas de alianças eleitorais locais com as forças mais reacionárias, a exemplo do PFL/DEM. A constituição da Central Brasileira dos Trabalhadores (CTB) objetivou se apropriar do imposto sindical, que passou a ser distribuído às Centrais com a legalização patrocinada pelo governo Lula.

Com a formação da Central Sindical e Popular Conlutas

(CSPC), cresceu o número de Centrais. Certamente, a Intersindical do PSOL e a do PCB terão de resolver sua situação, é questão de tempo.

Como se vê, a cisão da CUT pela Conlutas e a criação da CSPC não são um acontecimento isolado. Compõem um quadro de estilhaçamento do movimento sindical no Brasil, inverso ao que se formou com a derrocada do intervencionismo burocrático-militar da ditadura, sob o ascenso da classe operária e recuperação do movimento de massa.

A CUT expressou a necessidade de centralização nacional do proletariado e dos demais explorados. No entanto, não poderia cumprir esse objetivo histórico sob a direção do reformismo e diante da ausência do partido revolucionário. A conservação de uma única Central dependia do combate tenaz às variantes divisionistas da burocracia e ao intervencionismo estatal-governamental. O que exigia desenvolver no seio das massas o programa da revolução social, avançar o método da luta direta, progredir nas reivindicações que unificam os explorados e construir as organizações de base nos locais de trabalho. O contrário se passou, a consolidação da burocracia petista levou ao desmonte das conquistas da organização coletiva de base.

As cisões começaram no campo burocrático, cuja presença do Estado e da política burguesa foi e é decisiva para a quebra da centralização classista. A política de formar uma nova Central para combater a estatização da CUT constitui um erro brutal em nome do marxismo, do socialismo. Reforça as tendências centrífugas encarnadas pelas frações burocráticas, justamente quando há a necessidade de lutar à morte pela unidade organizativa da classe operária e por sua centralização revolucionária.

## Balanco da Escola de Quadros do POR-Nordeste:

# Construir o Partido-programa

O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou entre os dias 16 e 18 de julho a Escola de Quadros das regionais do partido na Região Nordeste, no Rio Grande do Norte. Participou a militância do partido do Ceará, do Rio Grande do Norte e Bahia. Em nossa Conferência, de janeiro de 2010, decidimos discutir os temas ligados à realidade econômica, social e política do Nordeste, especialmente a questão agrária. O motivo da escolha do tema se deve à necessidade de conhecer com profundidade a realidade em que atuamos e ao fato de solidificar os quadros nesta região.

No dia 16, realizamos em Natal um debate sobre o tema das Eleições e a resposta proletária. Foi destacado que as eleições constituem um campo de disputa das frações burguesas com relação ao poder político do Estado e que, portanto, todo governo saído das eleições só pode se constituir em governo a serviço da burguesia, qualquer que seja o partido à frente do estado. Terá que necessariamente gerenciar os negócios comuns da burguesia nacional e internacional. As experiências históricas de vários países e do Brasil demonstram exatamente esse fato e comprovam as análises realizadas pelo marxismo.

O marxismo tem demonstrado a necessidade dos revolucionários atuarem nas eleições, campo por excelência de disputa burguesa, defendendo o programa da classe operária,

denunciando as eleições, a democracia e as eleições burguesas, coisa que as correntes da chamada “esquerda” não fazem. Ao contrário, aprofundam ainda mais as ilusões das massas na democracia e nos governos burgueses de plantão.

O POR chamou as correntes a realizarem uma plenária para discutir o programa e as candidaturas operárias para as eleições. Portanto, não restou ao POR, depois do silêncio das correntes que se reivindicam do marxismo, a tomar a posição pelo voto nulo programático. Trata-se de defender o programa de transição frente à crise capitalista, aos ataques aos trabalhadores e à forma revolucionária de atuação no campo das eleições.

No dia 17, a militância discutiu a situação econômica, social e política do Nordeste. A economia capitalista nesta região é reflexo da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Isto significa que a região Nordeste articula um nível avançado de desenvolvimento das relações de produção capitalista (concentrado em alguns pontos da região, especialmente nas regiões metropolitanas e na agroindústria) em meio ao restante da região entregue ao atraso e imerso em relações de produção pré-capitalistas.

Para tanto, a militância realizou um debate aprofundado sobre a história da região Nordeste, desde a colonização do

país até o momento atual. A região Nordeste, tal como o país, passou por inúmeras fases marcadas pela exploração das matérias-primas e das riquezas regionais pela metrópole colonizadora (Portugal) e, após a independência política formal, para o controle da Inglaterra e do imperialismo norte-americano. Significa que o Brasil semicolonial comporta tanto a realização de tarefas democráticas pendentes (problema agrário, analfabetismo, independência política, avanço das forças produtivas etc) quanto tarefas socialistas.

No dia 18, debatemos a questão agrária e a situação do movimento operário, em particular o fenômeno fracassado da fusão entre a Conlutas e a intersindical. Na parte da manhã, foram apresentadas as teses sobre a questão agrária, aprovadas no úl-

timo congresso do partido em janeiro de 2009. As teses demonstram que a questão agrária é parte do programa da revolução proletária e como tal só pode ser resolvida por um verdadeiro governo operário e camponês, diferentemente da posição estalinista e do Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST) que mantêm ilusões quanto à realização da reforma agrária por meio do Estado burguês, via governo dos trabalhadores do PT, mediante os assentamentos, acampamentos, financiamento dos organismos estatais e a pequena economia familiar.

Neste sentido, a Escola de Quadros do POR avançou no objetivo de formar quadros capazes tanto de se inserir na luta de classes quanto de defender e fazer avançar o programa da revolução proletária.

## Governo Wagner, as ilusões eleitorais e o controle dos movimentos sociais

A conjuntura política do Estado da Bahia está marcada pela finalização do primeiro governo petista de Jaques Wagner (2007-2010), no poder da máquina de estado burguesa. Wagner foi ministro do trabalho do governo Lula de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. É necessário, portanto, um rigoroso balanço político das promessas anunciadas pelo petismo e as verdadeiras realizações do governo Wagner, em particular a sua relação com os movimentos sociais.

O Partido dos Trabalhadores (PT) se elegeu com o apoio de um conjunto de partidos que iam do estalinismo (PCdoB) a representações das frações da burguesia (PMDB, PSB, PPS, PV, PTB, PMN, PRB), com um programa que previa o atendimento de reivindicações do funcionalismo público, amenização da situação de miséria das massas populares, espezinhas anos a fio pela camarilha oligárquica do falecido Antonio Carlos Magalhães (PFL/actual DEM), a democratização da estrutura estatal com a moralização e racionalização da máquina pública, o desenvolvimento econômico na cidade (industrialização e ampliação do comércio) e na campo (apoio à pequena agricultura familiar e à produção agrícola de ponta). Enfim, um programa burguês de reformas limitadas e de gerenciamento dos negócios comuns da classe dominante. Expressou a integração completa do PT ao Estado e à política burguesa, inclusive com o financiamento da campanha eleitoral por setores do capital.

A crise e divisão das oligarquias locais em torno da continuidade da era ACM, o amplo apoio da classe média urbana, o controle de movimentos sociais e organizações sindicais levaram à derrota da antiga oligarquia e a subida ao poder do PT. Além disso, foi decisivo para a vitória do novo governo os índices favoráveis de crescimento econômico do país, como parte do avanço da economia mundial, que elevaram a popularidade do governo federal, alavancando a campanha do petista Wagner na Bahia.

Como ocorrera com os dois governos de Lula, a administração de Wagner teve como marca o apoio aberto e firme às frações da burguesia da Bahia, do grande capital nacional e internacional, que exploram a economia estadual em todos os campos desde a indústria, passando pelas finanças até o portentoso agronegócio em expansão (compara-se com 30%

das exportações da Bahia). A máquina do Estado da Bahia foi fatiada entre os partidos da base aliada, cada qual com ampla liberdade para gerenciar os recursos a serviço de seus interesses político-eleitorais. Durante todo o mandato, Wagner e seus consortes atuaram no sentido de representar o grande capital nos compromissos em vários países (seguindo os passos de Lula), abrindo novos mercados, atraindo investimentos do capital internacional mediante subsídios, infra-estrutura, reembolso de créditos fiscais e promessas da existência de amplas massas de trabalhadores em condições miseráveis e aptos a aceitar as condições de trabalho impostas pelos capitalistas.

O controle sobre os movimentos sociais e sindicatos tornou-se uma fiança contra qualquer conflito (greves, manifestações, ocupações, paralisações etc.), que pudessem pôr em risco a produção. Os projetos em andamento de infra-estrutura, como a Ferrovia Leste-Oeste, Porto Sul, Estaleiro de Maragogipe, Gasene, Via Expressa, recuperação das rodovias 324 e 116 e a construção do novo Estádio da Fonte Nova se limitam a atender os interesses dos capitalistas da indústria, do comércio, finanças e agronegócio. São parte da drenagem de recursos estatais, obtidos via expropriação da mais-valia (exploração das massas) tanto no estado e governo federal, quanto de empréstimos de bancos nacionais e internacionais (Banco Mundial, Bird, FMI). Não à toa, os capitalistas demonstram consideração pelo governo Wagner.

### Reflexos da crise econômica

A crise econômica mundial foi o termômetro do governo federal e do Estado da Bahia. Seguindo os governos dos Estados imperialistas (Europa, EUA, Japão) e das semicolônias (América Latina, África e Ásia), Lula e o governador Jaques Wagner agiram como verdadeiros instrumentos a serviço do capital. Colocaram a organização estatal à disposição dos negócios burgueses visando a amenizar os drásticos efeitos da crise em relação ao capital. Na Bahia, houve um sensível aumento do desemprego. Entretanto, as tendências de crise econômica mundial, apesar de serem temporariamente contidas, pelo esforço conjuntos dos governos e bancos centrais de vários países, injetando mais de 20 trilhões de dólares nos con-

glomerados e bancos capitalistas em crise, são no sentido de se aprofundarem cada vez mais.

Os últimos acontecimentos da crise, a quebra de países europeus como a Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha, além da situação econômica de países como França, Alemanha, como déficit público enorme, somada à crise nos Estados Unidos, podemos dizer que a economia brasileira sofrerá ainda mais com o avanço da crise mundial. O Estado da Bahia não ficará fora dos efeitos da crise mundial. Isto significa maior desemprego, mais miséria, fome, violência urbana, exploração e opressão. As tendências de agravamento da crise estrutural do capitalismo concluirão com o descarregamento dos seus efeitos sobre os trabalhadores, que, neste momento, encontram-se controlados pela burocracia sindical e não têm como reagir à exploração capitalista. Realce-se que, durante a crise, foram poucas as manifestações em frente às fábricas ou nas ruas da Bahia. Como agiu no período da crise de final de 2008 e início de 2009, um futuro segundo mandato de Wagner agirá no sentido de salvaguardar os interesses dos capitalistas, através do repasse de dinheiro público, subsídios, diminuição de impostos, incentivando o consumo e pressionando os trabalhadores a aceitarem os acordos rebaixados, com perdas de direitos.

### **Avançam a pobreza e a miséria das massas**

As massas populares, por outro lado, enfrentam os efeitos da exploração, da fome, da miséria e as conseqüências da crise capitalista e da violência policial e urbana. O número de desempregados, subempregados e do setor informal avançam. O resultado disso é o crescimento de favelas, cortiços e bairros populares em extrema pobreza. Só na região metropolitana de Salvador, a taxa de desemprego em maio de 2010 foi de 18,2% (dados do próprio governo), cerca de 337 mil pessoas. Entre os assalariados, o rendimento médio no último mês de abril foi de R\$ 1.076,00 reais, muito abaixo do salário mínimo vital, capaz de atender as necessidades mínimas de uma família trabalhadora. Se somado este índice ao subemprego e ao setor informal, sem qualquer direito social ou trabalhista, a situação social perversa vai às alturas.

Trata-se de um contexto social explosivo, que extravasa na violência crescente na capital e interior, particularmente nas favelas e bairros populares, na matança desenfreada de jovens, no tráfico e consumo de drogas e na ação violenta e brutal da política baiana (um verdadeiro extermínio de jovens, em sua maioria negros, com a conivência e silêncio dos petistas). Para tanto, como o governo Lula, o governador Wagner manipula os movimentos sociais do campo (como o MST e demais entidades e organizações) e da cidade (MSTB, com o programa Minha Casa, Minha Vida e Casa da Gente) com promessas de que atenderá aos anseios dos setores da população mais oprimida (por emprego, terra, moradia, educação, e saúde), coopta as lideranças com cargos nas secretarias e órgãos públicos e aposta no assistencialismo rebaixado como forma de manter as massas sob controle (como o Bolsa Família e programas congêneres locais). Empurra os problemas para mais adiante, mantendo uma política de superávit e o contingenciamento de recursos para a área social.

O projeto de reformas do PT finaliza como um instru-

mento de manutenção da propriedade privada capitalista, de gerenciamento dos negócios comuns da burguesia pelo estado, de bloqueio consciente do inconformismo e organização independente das massas, por meio controle dos movimentos sociais, de sindicatos e da principal central sindical, a CUT.

### **Disputa interburguesa**

Em meio à ameaça da crise mundial do capitalismo, as distintas frações burguesas disputam a máquina do Estado para manter o sistema de opressão econômico-social sobre o proletariado e demais explorados. Na Bahia, o cenário eleitoral está montado.

O PT tentará a reeleição de Jaques Wagner. Para tanto, realizou uma coligação com PP, PSB, PCdoB, PDT e PSL, tendo Otto Alencar do PP como vice-governador, e os nomes de Walter Pinheiro, atualmente deputado federal (PT), e Lídice da Mata (PSB), como candidatas a senadores. Recebeu ainda o apoio do PHC, que, entretanto, não entra na chapa. Para se ter uma idéia do processo de degeneração e oligarquização do petismo, Otto Alencar (PP), candidato a vice-governador de Wagner, foi governador da Bahia pelo antigo PFL, hoje DEM, no período de 2002-2003, assumindo o lugar de César Borges (atualmente no PR), que havia renunciado na época. O seu irmão, Eduardo Alencar (PSDB) é prefeito de Simões Filho, era também filiado ao PFL. Entre os partidos orgânicos da burguesia, o PMDB, que governa atualmente a capital Salvador (prefeito João Henrique, em segundo mandato), lançou a candidatura do ex-ministro Geddel Vieira, com a coligação PR, PTB, PMN, PTdoB, PPS, PSDC, PRTB, PRP, PTN, PTC e PSC. O candidato a vice da chapa é Edmundo Pereira (PMDB), tendo César Borges (PR) e Edvaldo Brito (PTB) como candidatos a senadores.

O DEM registrou a candidato de Paulo Souto, coligado com o PSDB, tendo como vice Nilo Coelho (PSDB) e como candidatos ao Senado, José Ronaldo e Aleluia, ambos do DEM. O PV registrou a candidatura de Luiz Bassuma (ex-petista, com posição reacionária contra o aborto enquanto parlamentar), Lílian Amorin como vice e Edson Duarte como senador.

O PT, evidentemente, dará continuidade ao seu projeto de administrar o estado burguês a serviço dos grandes capitalistas, controlando ferreamente os movimentos sociais, organizações e sindicatos. Manterá os programas assistencialistas como contrapeso. Os demais partidos são legítimos representantes das diversas frações da burguesia. Em ambos os casos, não restarão aos explorados senão lutar pela independência de classe frente ao governo e ao Estado, defender as suas reivindicações vitais e avançar na organização da luta política.

### **A esquerda pequeno-burguesa**

No campo da chamada “esquerda”, faliram as tentativas de formação de uma frente eleitoral, a chamada frente de esquerda socialista. A frente de esquerda nacional e local de 2006 foi concluída com base em acordos dos partidos PSTU, PSOL e PCB, com um programa rebaixado, claramente de administração do Estado burguês, supostamente a serviço dos explorados. Na Bahia, a frente lançou o nome de Hilton Barros Coelho como candidato a governador pelo PSOL. Para tanto, como se

tratava de uma frente oportunista sob direção do PSOL, os candidatos do PSOL acabaram defendendo o que queriam. Suas críticas ao governo Lula e à oligarquia de ACM não passavam de críticas moralizantes. Em 2008, nas eleições para prefeito de Salvador, novamente se lançou a candidatura de Hilton Coelho, reproduzindo a rebaixada e democrática plataforma de 2006 no plano municipal. Daí em diante, se processou em âmbito nacional a tentativa de unificar os aparatos da Conlutas e Intersindical (e seus seguidores), mas as disputas e diferenças políticas entre as correntes foram minando tanto a possibilidade de formação de uma frente de esquerda quanto a unificação das duas entidades.

Na base de tudo isto, está o oportunismo das correntes e o erro grave da cisão do PSTU e do PSOL com a CUT, sem qualquer tendência de ruptura de massas, como chegaram a anunciar fervorosamente, e a formação de entidades distanciadas do grosso da classe operária, em grande parte baseadas socialmente na pequena burguesia e no funcionalismo. A cisão teve como consequência a luta encarniçada de aparatos pela desfiliação e controle de sindicatos, associações e entidades.

No âmbito das Universidades Federais, o PT levou a cabo uma política de revanche contra a Conlutas, desfilando as associações e sindicatos de professores do Andes e filiando ao Proifex. Na Bahia, esse processo já ocorreu, sob a prostração do PSTU, que não tem argumento, nem uma prática política consistente para combater a burocracia. Não houve qualquer autocrítica quanto ao oportunismo de 2006 pelos partidos na formação da frente de esquerda, nem quanto à ruptura artificial com a CUT. Agora, os três partidos saem com candidaturas próprias e isolados, nacional e na Bahia.

O PSTU registrou a candidatura do professor Carlos Nascimento, tendo como vice o também professor Daniel Romero e Albione Souza ao senado. O PSOL lançou o nome de Marcos Mendes a governador, Everaldo Silva como vice e Carlos França como senador. O PCB registrou como candidato a governador o nome do cientista político Sandro Bárbara, tendo o presidente do Sindicato Rural da Cidade de Tapiramutá, Daniel Neto, como vice e o geógrafo Carlos Sampaio como senador. As candidaturas não expressam o programa revolucionário da classe operária de defesa da revolução e ditadura proletárias e de denúncia das instituições, do Estado capitalista, dos governos, da política eleitoral e da exploração burguesas sobre o conjunto dos explorados. O PCO não existe concretamente na Bahia, não participa da luta política e social local, não aparece nas atividades dos movimentos sociais, como resultado, não lançou candidatura neste pleito. Correntes como OT (dentro do PT) e Consulta Popular (ligada ao MST) apóiam concretamente a eleição de Dilma e Wagner, mesmo que de forma envergonhada.

O POR defendeu a convocação de uma plenária nacional das organizações que se reivindicam socialistas para discutir o programa e as candidaturas revolucionárias. Diante do silêncio das correntes e do programa rebaixado das candidaturas

de esquerda, não teve como alternativa senão defender o voto nulo em defesa do programa revolucionário.

### **Luta pela independência política dos explorados**

Os movimentos sociais urbanos e rurais no Estado encontram-se acorrentados aos governos Lula e Jaques Wagner. Não há, de fato, um avanço nem quanto à luta sindical, política ou de organizações como MST e MSTB, que lutam por terra e moradia. A direção dessas organizações mantém suas bases iludidas com as promessas não cumpridas e reeditadas permanentemente pelos governos federal e estadual de atendimento das reivindicações das massas populares. No caso do MSTB, o governo manipula com a ilusão dos programas Minha Casa, Minha Vida e Casa da Gente, programas este produto da crise econômica para salvaguardar os interesses dos capitalistas da construção civil, do setor imobiliário e bancário.

Nos últimos meses, os movimentos sociais estão vivenciando um verdadeiro marasmo, sem qualquer atividade de importância, sem manifestações de peso, sem ocupações de impacto. A apatia dos movimentos, em grande medida, está ligada à política desenvolvida por suas direções e aos programas assistencialistas dos governos federal e estadual. A tendência, entretanto, é de avanço da crise mundial do capitalismo, com suas conseqüências nefastas na vida dos trabalhadores e demais oprimidos. Entre os assalariados, e, em particular, no movimento operário, tivemos algumas poucas manifestações contra o desemprego e as conseqüências da crise, mas o grosso do proletariado encontra-se sob controle das direções do PT, PCdoB e forcionistas.

A burocracia sindical e a estatização das centrais têm sido um fator debilitador das lutas. Entretanto, constituiu um erro grosseiro a cisão provocada pelo PSTU e PSOL com a CUT e a formação da Conlutas e Intersindical. Na Bahia, não têm uma atuação consistente dessas duas entidades junto ao proletariado e aos movimentos sociais, de sorte que não se colocaram como fatores de organização e unidade das lutas. Trata-se, portanto, de uma pequena vanguarda, formada basicamente por estudantes, funcionários públicos e intelectuais, ligados ao PSTU e PSOL, com um quase inexistente setor operário, sem possibilidade real de aplacar a burocracia sindical.

O POR fez no momento certo a crítica da ruptura a partir da teoria marxista dos sindicatos e da experiência acumulada da luta sindical e política internacional e defendeu a formação da fração revolucionária para travar a luta contra a burocratização e estatização dos sindicatos e defender as reivindicações do proletariado e demais explorados. O fato é que a cisão com a CUT tem reforçado cada vez mais a burocracia sindical.

Está clara a necessidade de organizar os explorados no campo da independência de classe. As contradições do capitalismo se manifestam poderosamente nas cidades e no campo. Trata-se de construir o Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskyista no seio dos explorados

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**



**Rondônia:**

## Acordo com as Usinas beneficiou os operários?

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil (Sticcero) e o Sindicato da Indústria da Construção Pesada, ambos de Rondônia, assinaram o acordo com a Camargo Correia e Odebrecht, no final de julho. Dizem que a antecipação do acordo coletivo de 2010/2011, que seria em setembro, foi um ganho para os trabalhadores. Realizaram uma assembléia para referendar o que já era um compromisso com os empresários.

O acordo veio no sentido de conter os descontentamentos constantes nas Usinas de Santo Antônio e Jirau, que causaram as greves e os protestos contra as medidas repressivas das empresas, a brutal exploração do trabalho, as condições precárias dos refeitórios e alojamentos e pelo direito às folgas para visita de familiares.

Um dos pontos centrais diz respeito aos salários. Aqui está a permanência da brutal exploração. A divisão em 4 grupos, de acordo com as funções, firmou o piso por hora e o piso salarial por mês. No grupo 1, que são os serventes, a hora de trabalho ficou em R\$3,05 e o salário em R\$670,00. O grupo 2, onde estão os auxiliares de pedreiro, de carpinteiro, encanador e outros trabalhadores auxiliares, o piso por hora é de R\$3,19 e o salário mensal de R\$ 700,00. O grupo III,

são os que exercem a função de oficiais de pedreiro, eletricitista etc, a hora de trabalho é de R\$3,91 e o salário R\$860,00. No grupo 4, os que trabalham com as retroescavadeira, trator de esteira, motorista de veículo pesado etc, o valor da hora é de R\$4,37 e o salário R\$960,00.

Está aí por que dizemos que o acordo favorece as empresas e condena os operários à exploração e à miséria. O grupo 1 inicia com um piso de pouco mais de um salário mínimo de fome do governo e o grupo 4 conclui sem alcançar os dois salários mínimos. Isso para uma jornada de 44 horas semanais. O Sticcero, vinculado à CUT, aceitou que os operários sobrevivam com um piso que mal dá para comprar a cesta-básica para uma família de 4 pessoas, como indica o Dieese, órgão de pesquisa usado pelos sindicatos cutistas. A Camargo Correia e Odebrecht, que têm um patrimônio milionário às custas da exploração do proletariado e de concessões do Estado, pressionaram as direções sindicais para selarem o acordo e acabarem com os protestos no interior das Usinas.

Um outro ponto do acordo se refere à reivindicação de folgas para a visita aos familiares, que ficaram em seus estados de origem. As empresas milionárias concederam

passagens de ônibus e folga de 5 dias, sendo que dois deverão ser compensados. Os operários que têm a família na região Nordeste, que é uma boa parte, os 5 dias mal dão para chegar ao local e retornar ao trabalho. Concordar com isso é se vender aos lucros dos patrões.

A CUT, que diz empenhada em defender a jornada de 40 horas semanais, aceita que seus sindicatos firmem acordos de 44 horas e a existência de horas-extras. Os operários têm salário miserável e, com isso, não podem se dar ao luxo de dizer não às horas-extras. Os patrões aproveitam para aumentar a extração da mais-valia, que são as horas de trabalho não pagas. Assim, a reivindicação de piso salarial condizente com as necessidades de uma família de 4 pessoas, que inclui aluguel, alimentação, tarifas de água, luz, gás etc, remédios etc, deve ser um ponto central na luta contra a exploração capitalista. Quem deve calcular o valor do piso salarial é a assembléia geral dos operários e não os burocratas do sindicato e os patrões.

Os operários devem discutir o acordo e preparar as condições para enfrentar os patrões. Sem mobilização e sem a greve, a burocracia dos sindicatos continuarão assinando acordos contra a vida da classe operária.

**Rondônia**

## De adversários a aliados: eleição vale tudo

As eleições no estado de Rondônia contam com 5 candidatos. As disputas se dão em torno de três candidaturas: Confúcio Moura (PMDB); Expedito Junior (PSDB) e Cahulla (PPS). O PT lançou Eduardo Valverde e o PSOL, Marcos Sussuarana. O PMDB armou uma coligação (“Aliança por uma Rondônia melhor para todos”) com o PDT, PRTB, DEM e PCdoB, para eleger o candidato da oligarquia Raupp. O PSDB se juntou ao PR, PTC, PSC e outros partidos menores, firmando a coligação “Unidos para Avançar”. Representa um setor industrial local, expresso no seu vice Miguel de Sousa, vinculado ao Senai, Sesi, Iel. Mas também tem apoio dos agropecuaristas. O PPS, por meio da coligação “Avança Rondônia”, se aliou ao PP, PTB, PMN e PV. O seu candidato Cahulla é o atual governador, pois era o vice de Cassol. Cahulla e Cassol têm simpatias por Expedito Junior. O PT armou a coligação “Rondônia melhor para todos” com o PSB. Tudo indica que terá dificuldades de arrancar votos dos três primeiros, mesmo contando com o apoio de Lula e de sua política assistencialista no estado. O PSOL saiu sozinho. O seu candidato Sussuarana foi do PT e membro da Consulta Popular. Certamente, usará as eleições para divulgar o PSOL na região.

O caso de Rondônia é um bom exemplo de como agem os partidos eleitoreiros. As alianças nacionais não se aplicam no estado.

O PT e o PMDB estão juntos em torno da candidatura Dilma Rousseff, mas em Rondônia estão separados. Se houver segundo turno, a tendência é o PT indicar o voto ao candidato do grileiro Raupp. Em nível nacional, o PSDB está aliado ao DEM, porém no estado o DEM está junto com o PMDB. Os adversários nacionais se tornam carne e unha. O que vale para as coligações nacionais, não vale quando se trata de política local. Essa característica é a marca da oligarquização dos partidos oficiais. Nas eleições estaduais, pesam os oligarcas que comandam a economia.

### PCdoB junto com o DEM

Os estalinistas do PCdoB se comportam como qualquer outro partido burguês. No plano nacional, o PCdoB está coligado com o PT. É lambe botas do lulismo. Em Rondônia, se recusou a compor com o PT e se integrou na chapa da família Raupp. Só que para isso teve de se aliar ao DEM, que também é serviçal do latifundiário.

O fato é que o PCdoB faz campanha para um grande latifundiário e grileiro, responsável pelos conflitos de terra com os camponeses. O estalinismo ortodoxo que rompeu com o PCB em nome da luta armada e que promoveu o foquismo do Araguaia conclui como laçao da política burguesa e oligárquica.



# Mais um passo na desnacionalização do ensino

Há algum tempo, empresas estrangeiras vêm adquirindo grupos educacionais privados no Brasil. O mercado do ensino promete aos investidores lucros rápidos e seguros. Não se trata de unicamente comprar escolas, mas fundamentalmente de se acercar do mercado editorial escolar, que compreende a elaboração de materiais didáticos, recursos ao ensino a distância, assessoria pedagógica e administrativa e formação de professores. Nos últimos dez anos, 20 empresas vendem tais serviços para colégios e cursinhos particulares, abarcando cerca de 2,5 milhões de alunos. Trata-se de um mercado ainda em expansão e que atrai empresas editoriais internacionais.

Foi o que ocorreu no mês de julho com a compra do grupo Anglo pela Abril Educação, após a disputa com o grupo que edita o jornal espanhol El País. E a venda do Sistema Educacional Brasileiro (SEB), que detinha os colégios COC, Pueri Domus, Dom Bosco e Name, para a empresa inglesa Pearson Education, que edita o jornal Financial Times e The Economist. A compra do grupo Anglo, com 484 escolas e 211 mil estudantes, colocou a empresa Abril Educação como a segunda maior do ensino privado. A Pearson se apoderou de 450 mil alunos. Tem planos para alcançar 1 milhão em 2015. Nesse campo mercadológico, restaram os grupos Objetivo e o Positivo. É questão de tempo para que também se entreguem ao capital estrangeiro ou a ele se associem. Os empresários da educação mostram que não passam de vendilhões.

A desnacionalização, que era contida por meio de legislação de proteção ao capital nacional, deu um salto a partir de 2005 com a venda da Anhembi-Morumbi para uma empresa americana, Laureate Education. Em seguida, ações de grupos de ensino foram postas à venda por meio da Bovespa. Os conglomerados estrangeiros apostam nesse mercado lucrativo.

A desnacionalização e a concentração ganharam força no governo Lula. Os argumentos do populista Lula de que há necessidade de se colocar limites às empresas privadas de ensino foram postos de lado. Sabe que a OMC exige a abertura desse mercado ao capital estrangeiro. A educação se transformou nas mãos dos capitalistas em serviços. Basta que lembremos das cláusulas da Alca de exigência de entrega da educação para a exploração de empresas internacionais. O PT/Lula da época da Alca, que se colocou formalmente contra a desnacionalização, se transformou em agente da desnacionalização do ensino.

## Desnacionalização da educação pública

O mercado do ensino privado ainda é pequeno para a sarna dos grupos empresariais. O interesse é se voltar para as escolas públicas. Para isso, estão sendo feitas parcerias com

prefeituras para aquisição de serviços, entre eles, a substituição do livro didático, distribuído pelo MEC, pelas apostilas, assessorias de gestão, capacitação de professores e coordenação pedagógica. A existência das avaliações institucionais (Saresp, Saeb etc) e os resultados negativos são atrativos para a penetração dos grupos empresariais de ensino. Para o capital, o que vale são os mais de 50 milhões de alunos da rede pública e a garantia de pagamento pelos serviços com o dinheiro do orçamento do Estado.

Faz parte desse processo a expansão do ensino a distância, que tem atraído os professores das escolas públicas para a complementação dos cursos de graduação, especializações e mestrado. Como não há uma campanha contra a desnacionalização e a privatização, principalmente por parte dos sindicatos, o professor individualmente se vê contagiado pelos recursos e viabilidade rápida em conseguir títulos de evolução funcional.

A privatização do ensino público, que avançou com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)/1996, ganhou reforço com a política de parcerias com empresas privadas e, agora, com a penetração do capital estrangeiro na área educacional.

## Combater a desnacionalização e privatização

Os trabalhadores da educação e os estudantes têm pela frente a dura luta contra a desnacionalização e a privatização do ensino. O que significa empunhar a bandeira de um único sistema de ensino, estatal, sob o controle de quem estuda e trabalha e sua vinculação com a produção social. Travar um combate pela estatização de toda a rede escolar, o que implica a expulsão do capital estrangeiro e a expropriação, sem nenhuma indenização, das empresas nacionais que dominam o ensino e os serviços a ele vinculados. É uma tarefa que encontra resistência por parte das direções sindicais, que apóiam e implementam a política educacional dos governantes. É o caso da direção da Apeoesp, maior sindicato da América Latina, mas que tem na sua presidência um membro do Conselho Nacional da Educação, por onde passa a política privatista e entreguista do governo Lula. A falta de independência dos sindicatos frente aos governos é um dos maiores obstáculos na luta pelo ensino público.

Os professores, estudantes e funcionários devem rechaçar suas direções vendidas e defender as reivindicações que unificam a maioria explorada, entre elas o acesso livre a todos os níveis de ensino, fim da rede privada, estatização de todo o sistema e sua vinculação com a produção social. Para isso, é preciso romper com o imobilismo imposto pelas direções sindicais e ganhar as ruas com os métodos próprios da luta de classes.

# Governo Lula diz estar aumentando a autonomia das universidades federais. Nada mais falso!

O governo federal acaba de adotar um conjunto de medidas que supostamente aumentam a autonomia das universidades federais. O presidente Lula assinou, no dia 19 de julho, três decretos e duas medidas provisórias com essa finalidade. O que se apresenta como mais autonomia significa, porém, maior liberdade às burocracias dirigentes das instituições de ensino superior federais para que possam recorrer, sem maiores entraves, ao capital privado. Em outras palavras, acabou reforçando o processo de privatização das universidades, na medida em que não modificou em nada o quadro de investimentos estatais no setor da educação, apontando, por exemplo, as fundações de direito privado como alternativa de captação de recursos.

Não por acaso, a iniciativa foi recebida com aplausos pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Os reitores terão maior margem de ação frente à carência de verbas e por isso não faltaram elogios. Tanto empenho em embelezar o caudilho Lula pode ser explicado pela natureza política dessa camada dirigente, que serve de correia de transmissão dos interesses governamentais e da classe dominante no interior das instituições de ensino. Mas, que serve também aos seus próprios interesses mesquinhos de casta privilegiada, movendo-se de acordo com as possibilidades de ganho. Quando esses interesses os fazem chocar com aqueles a quem devem obediência, posam de independentes.

Agora poderão fechar contratos com grupos empresariais (fundações) sem maiores obstáculos, o que lhes permitirá receber além dos salários que o Estado paga - o que já existia na prática. A diferença é que essas relações serão disciplinadas pelo decreto. Isto é, no lugar de combater o parasitismo das empresas sobre as universidades públicas, o governo resolveu proteger

os capitalistas, que só sugam os recursos oriundos dos impostos pagos pela população assalariada. A interferência dos interesses particulares faz da universidade não um centro de produção científica, mas sim um pólo técnico voltado ao atendimento das demandas do mercado.

Poder contratar livremente, satisfazendo não as necessidades dos estudantes, mas sim as da própria burocracia, é também elemento contemplado nos novos dispositivos legais. Para efetuar novas contratações essas instituições não terão mais necessidade de autorização do governo federal para realizar concursos públicos.

Outras conquistas para os reitores: a abertura de créditos suplementares para as instituições, a liberação de recursos para o Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários, a permissão para utilizar as sobras do orçamento do ano anterior e um mecanismo chamado margem de preferência, que servirá para as universidades escolherem produtos e serviços de empresas brasileiras, mesmo que ainda os preços oferecidos sejam superiores aos de estrangeiros. Tratam-se de aspectos ligados à gestão de recursos e que não serão capazes de alterar a situação de abandono das universidades. São medidas que facilitarão o trabalho de malabarista dos burocratas que terão de se virar com as mesmas migalhas, tentando abrigar ainda seus interesses corporativistas.

Para conquistar esses “benefícios”, pressionaram o quanto puderam o governo, que assim respondeu: “Uma coisa que vai se consagrar nas políticas públicas do país é o fato de o governo ter aprendido que ouvir as pessoas faz bem, mesmo quando elas estão zangadas, questionando”. Na verdade, esse discurso mal disfarça o fato de que acabou cedendo ao lobby dos reitores, como fez frente aos militares e outros setores direitistas em relação ao PNDH III. Enquanto isso, vem diminuindo o

montante de dinheiro reservado ao ensino no país, contribuindo para o fracasso da educação brasileira.

Tanto é que até mesmo na ultragovernista UNE (União Nacional dos Estudantes) temos ouvido vozes de desgosto. Sandino Patriota, que é 1º vice-presidente da entidade, chegou a escrever no site da organização: “Surpreendeu o anúncio feito pelo governo federal de corte nas verbas de investimento do Ministério da Educação da ordem de R\$ 1,3 bilhão. Em relação ao orçamento aprovado para 2010 pelo Congresso, os cortes na área da educação já atingem R\$ 2,34 bilhões, dinheiro que pesa, e muito, no financiamento da educação pública brasileira”. E completou: “O fato é que os cortes nas áreas sociais correspondem a uma pressão exercida pelos setores mais reacionários”. Realmente, é o que se vê no caso da Andifes.

A limitação das medidas pode ser percebida também pelo conteúdo do decreto nº 7.234, que regulamenta o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil). Lemos no artigo 2º quais são os objetivos do programa: “I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Como se pode verificar, não se fala em fornecer as condições a todos jovens que necessitam; apenas propõe “minimizar” os efeitos da pobreza e das desigualdades, sem apontar os meios para erradicá-los e assim por diante.

Fora isso, no artigo 8º ficamos sabendo que “as despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior”. O que implica que não haverá um fundo específico para o programa. Sabemos que as leis em vigência

condenam os “abusos” nos gastos públicos, como na Lei de Responsabilidade Fiscal. O dinheiro será minguaado, já temos consciência disso. Nem os objetivos limitados que listamos no parágrafo anterior serão possíveis de serem alcançados.

A luta dos que estudam e trabalham

para conquistar suas reivindicações, por mais elementares que sejam, deve continuar e se aprofundar, estabelecendo um elo com as questões estratégicas mais amplas. A tarefa da vanguarda revolucionária deve ser auxiliar a juventude a superar suas ilusões nas saídas legalistas e no reformismo. No interior

das universidades, esse combate deverá passar pelo questionamento da dominação exercida pela burocracia. Questionamento que deverá nos conduzir, por sua vez, à luta pela Real Autonomia Universitária, em aliança com o proletariado e demais camadas oprimidas pelo capitalismo.

## Direção do DCE-USP entrega espaço estudantil à reitoria

Poucos dias antes das férias, a direção do DCE (PSol) decidiu levar ao Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) a proposta de entrega do espaço estudantil, que havia sido ocupado em 2009 e que estava sob controle dos estudantes, respaldado por uma decisão de assembleia geral. Como o CCA é politicamente controlado pela direção do DCE (pois tem maioria), era óbvio que a proposta seria aprovada. Poucos dias antes, essa mesma direção do DCE fez aprovar, de caso pensado, no X Congresso dos Estudantes, que o CCA teria poder de decisão acima da assembleia quanto ao espaço estudantil.

Durante o período que antecedeu tal decisão, desde a gestão anterior (PSTU, em 2009), o espaço que havia sido reconquistado estava abandonado. A gestão Melodia (PSol) nada fez também em 2010 para dar vida àquele espaço. Tratava-se de um boicote à decisão de assembleia que rejeitou entregar o espaço à burocracia universitária. Não por acaso, a direção boicotou o espaço porque queria, a qualquer custo, o dinheiro do aluguel e não aceitava a derrota para a oposição, que tinha feito seus planos irem por água à baixo.

A entrega do espaço permitirá à reitoria realizar as licitações e divisão do espaço entre lojas, livraria e lanchonete. O aluguel será destinado em parte ao DCE e em parte à manutenção do local. De imediato, pode-se levantar uma série de problemas:

**1) Uma decisão antidemocrática** - A direção do DCE resolveu entregar o espaço estudantil às costas dos estudantes: contrariando uma decisão de

assembleia geral e realizando o processo de votação e entrega no período de férias, quando a grande maioria dos estudantes não está na universidade. Nós, da **Corrente Proletária Estudantil (POR)**, reivindicamos em reunião de gestão do DCE que a decisão fosse postergada, visto que não havia acúmulo de discussão entre os estudantes. A direção do DCE ignorou a proposta.

**2) A privatização do espaço** - A licitação levará os comerciantes a uma posição de locatários que lhes dará autonomia para a realização dos negócios, cobrando os preços e estabelecendo a “qualidade” que pretenderem. Os estudantes não poderão escolher quem e como ocupará os espaços. A comissão paritária proposta pela direção do DCE não poderá ultrapassar os limites determinados em licitação. Licitação que é apresentada como um meio mais transparente, mas que representa a ingerência da burocracia universitária e do Estado sobre o espaço dos estudantes. Isso sem contar o fato dessas licitações geralmente serem um jogo de cartas marcadas, fonte de muita lama e podridão.

**3) A taxação indireta dos estudantes** - A cobrança pelos serviços que serão prestados no local será repassada aos estudantes através dos preços. Uma parte dos recursos arrecadados servirá para manutenção do local, despesa que hoje é garantida pelo orçamento da universidade. Os estudantes serão, então, indiretamente taxados para cobrir uma despesa que tem recursos disponíveis, os quais serão economizados

pela reitoria e não sabemos onde serão gastos.

**4) A perda da autonomia dos estudantes sobre seu espaço** - Não é nada democrático formar uma comissão com os demais setores da universidade (professores e funcionários), e também com a burocracia, para administrar o espaço estudantil. Imaginem formar comissões com funcionários e estudantes para gerir o espaço da Adusp, ou com professores e estudantes para administrar o espaço do Sintusp. Imediatamente haveria uma gritaria contra a perda da autonomia. Mas é o que se pretende apresentar como democrático quanto ao espaço estudantil. A única autonomia possível é a gestão do espaço pelo movimento estudantil.

**5) A dependência econômica do DCE em relação à reitoria** - Com a entrega do espaço, o DCE passa a depender dos recursos que a reitoria lhe repassará. Ora, o que ocorrerá se o DCE tomar alguma posição que desagrade ao reitor? Ficará sem dinheiro? Isso criará uma submissão política da entidade estudantil, o que é inaceitável. São os estudantes que devem decidir sobre como se sustenta economicamente a sua organização geral. Por isso, a entrega do espaço à reitoria é uma traição da atual direção do DCE (PSol) aos estudantes.

**Pela autonomia do movimento estudantil sobre os espaços estudantis!**

**Pela discussão e decisão em assembleia sobre a forma de gerenciar o DCE e seu espaço!**

# Judiciário/SP - Assembléia mantém a greve que completa 100 dias

No massas 395, analisamos os principais fatos ocorridos na greve até a assembléia de 07/07, ocasião em que a mando do tribunal a polícia reprimiu a manifestação com gás de pimenta, cassetetes, bombas de gás e balas de borracha, deixando várias pessoas feridas. Apesar do enfrentamento dos grevistas com a tropa de choque ter sido mais uma demonstração de resistência e defesa da greve, o ato não se reverteu em aumento da adesão, ficando uma grande parte da categoria apática. Em grande parte pelo fato de que a maioria das associações, principalmente na capital, não está fazendo nada para reverter esse quadro, não disponibiliza carros de som para os piquetes, não faz a divulgação da greve, sequer comparece nos prédios. As associações limitam-se a divulgar em seus sites as fotos tiradas a cada assembléia e mesmo durante estas procuram boicotar a aprovação de qualquer proposta que possa impulsionar minimamente o movimento. Ao contrário, procuram a todo momento golpear a greve e mantê-la dentro dos limites legais, como determina o próprio tribunal. Assim ocorreu na assembléia de 14/07, onde elas informaram que não houve nenhuma reunião com o TJ naquela semana e que todos os desembargadores foram proibidos de receber as associações para tratar da greve. Nem mesmo a demagogia feita na semana anterior por dois juízes que se intitularam como “moleques de recados do tribunal” e que fizeram a categoria esperar por várias horas na praça deveria se repetir. Diante da falta de “novidades” e de que “tudo permanecia na mesma situação”, as direções encaminharam que “a assembléia deveria ser rápida em função da chuva”. A assembléia que contou com a presença de quase mil manifestantes votou e aprovou, por unanimidade continuidade da greve a realizar outra assembléia no dia 21/07. A Corrente fez a defesa da greve e denunciou mais um golpe, escrevendo:

**Aproveitando do fato de que “a assembléia deveria ser rápida em função da chuva”, as direções apresentaram, em nome do comando de greve a proposta de mudar o prazo de realização das assembléias estaduais para quinze dias. Até então, desde o início da greve, as assembléias vinham acontecendo semanalmente. Após as defesas a favor e contra, a assembléia impediu mais um golpe na greve e votou contra a mudança. Os trabalhadores perceberam que a proposta de aumentar o prazo entre as assembléias estaduais tinha o claro objetivo de ajudar o tribunal a desmobilizar a greve através do esvaziamento. No momento mais decisivo da greve, onde deveriam ser discutidas e aprovadas propostas que impulsionem o movimento, que revigorem a disposição de enfrentar o tribunal, ações para expulsar os fura-greve dos cartórios, fazer manifestações diárias etc. as direções tentam golpear a greve através do prolongamento entre as assembléias gerais. Dizemos que se tratava de um golpe porque a realização das assembléias tem sido o momento mais importante da greve. A maioria dos grevistas só se coloca em ação quando ocorrem as assembléias e manifestações gerais. Neste sentido, aumentar o prazo entre as assembléias, ao invés de fortalecer a greve,**

**provocaria o efeito contrário, pois a pressão da família, do individualismo, do isolamento, do medo de ficar sem salário, emprego etc. aumenta. Portanto, corretamente a categoria rechaçou uma proposta que ao invés de impulsionar o movimento tinha por objetivo provocar o contrário”. Como proposta à sustentação da greve, escrevemos: “Pôr em prática o fundo de greve - Desde o início da greve colocamos a necessidade de eleger um comando de greve formado por todos os trabalhadores que estivessem dispostos a trabalhar pela vitória da greve, juntamente com as associações para discutir e aprovar tanto as questões políticas quanto as questões organizativas do movimento, dentre elas o fundo de greve. Isto porque a possibilidade de prolongamento da greve estava colocada, a exemplo das greves anteriores. Também estava colocada a possibilidade dos descontos arbitrários dos dias parados. Tudo isto faz parte da política terrorista do tribunal, que tenta amedrontar uma parcela dos trabalhadores com o medo de não conseguir honrar os compromissos e pagar as contas mais elementares. Isto acaba afastando os servidores da luta e enfraquecendo o movimento grevista. O tribunal aproveita essa situação para tentar derrotar a greve sem ter de atender as reivindicações. A longa duração da greve; o terrorismo; a repressão; a política pacifista da direção que se materializa em medidas inofensivas; o desconto de parte do salário dos grevistas são fatores que favorecem o tribunal/governo e são obstáculos para a vitória da greve. A constituição do fundo de greve, já aprovado em assembléia e não colocado em prática pela maioria das associações é fundamental para se contrapor ao tribunal. Proteger os grevistas que sustentam o movimento, manter os comandos de mobilização, piquetes e maior divulgação da greve são medidas que o fundo de greve pode e deve assegurar. O fundo de greve é uma criação dos próprios trabalhadores para enfrentar os patrões que dispõem de todos os meios e recursos para derrotar as greves, a exemplo da lei anti-greve, da grande imprensa etc. Os trabalhadores só dependem de sua própria força e organização. É tarefa premente arrecadar fundos entre os explorados para sustentar materialmente a greve até a vitória”.**

Nesta assembléia, que contou com a presença de aproximadamente 1.500 manifestantes, a categoria decidiu manter a greve e realizar uma nova assembléia no dia 28/07, ocasião em que a greve completará 92 dias. Novamente as direções do movimento informaram que tentaram negociar com o tribunal. Desta vez levaram por escrito uma proposta que se resumia em dois pontos: reposição do índice de 4,77%, retroativo a março; 2 - compensação dos dias parados e devolução do dinheiro que foi retirado. Resposta do tribunal: “o presidente não vai assinar nem os 4,77% porque não tem certeza da verba suplementar, não sabe quando vem o dinheiro”. Sobre os descontos, fizeram um deboche: “ao invés de descontar dez dias poderia flexibilizar e descontar só cinco e talvez chegar a dois dias por mês se a greve for suspensa hoje (21/07)”. Diante do fato de que o tribunal recrudescerá ainda mais a sua intran-

sigênciã, os representantes da comissão de negociação reclamaram. Foi dito que “mais uma vez estivemos numa reunião que não podemos chamar de negociação”, “que qualquer um que estivesse naquela reunião se sentiria mal”, pois “mesmo sendo a primeira vez que tivemos um juiz da comissão de negociação, ele não quis falar de índice”, que “ficamos espantados com o cinismo”, pois “pioraram a proposta da semana anterior”, e “as entidades saíram mais decepcionadas do que nunca”. Mas qual foi mesmo a proposta da semana anterior? A resposta é nenhuma, como vimos acima. O tribunal apenas fez demagogia em torno da possibilidade de realizar mutirão ao invés dos descontos dos dias parados caso a greve terminasse. Voltou atrás até mesmo em sua promessa de enviar um projeto de 4,77%. O fato é que as direções da greve deixaram de lado as reivindicações da categoria, assumiram a posição de que as “negociações” poderiam ser apenas em torno da compensação dos dias parados. Primeiro, as associações chamaram a greve com o discurso de que não abriam mão dos 20,16%, índice este já rebaixado diante das perdas reais dos salários nos últimos anos. Depois tentaram negociar “cinco ou seis possibilidades”. Propuseram 11% agora e 11% no ano que vem, tentaram negociar 6% e até mesmo os 4,77% do tribunal, desde que fosse

“algo real” e não apenas uma promessa de envio de projeto para a Assembléia Legislativa. Diante do vacilo, o tribunal percebeu que poderia avançar ainda mais em seu intento de derrotar a greve sem ter de ceder em nada. Depois de vários discursos vazios, como “por tudo que foi dito já sabemos o que fazer, temos que continuar na praça, não tem outra saída”, “digam ao pleno que ficamos com nossa dignidade”, que “se teve uma proposta indecente é porque estamos na rua”, “a greve é difícil, mas não há motivo para desistir”, as direções apresentaram as propostas para continuidade do movimento: participar de uma audiência em Brasília para denunciar os créditos e verbas indenizatórias dos juizes, a exemplo do “auxílio voto”; fazer uma audiência na Assembléia Legislativa com o fim do recesso parlamentar; pressionar os deputados para que assinem o requerimento de CPI do judiciário; criar blogs para informar a greve; fazer vigília em frente ao palácio etc. Como vimos, mesmo com a greve completando três meses, mesmo com o corte do salário dos grevistas, mesmo com o tribunal cada vez mais intransigente etc. as direções procuram aprovar e realizar apenas propostas inofensivas, distracionistas, legalistas etc. que ao invés de potenciar a greve, ajudam o tribunal a derrotá-la, colocando em prática a “tática do esvaziamento”.

## Formação Política no Litoral Norte paulista

Nos dias 23 e 24 de julho, o POR realizou um estudo sobre o imperialismo no Litoral Norte de SP. Foram discutidos três capítulos do livro “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo” de Lênin e matérias dos dois jornais do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Logo, no primeiro dia, foi verificada a atualidade do livro de Lênin. Se o imperialismo é um fenômeno que remonta em fins do século XIX e, sobretudo, o século XX, a entrada no século XXI não alterou a sua essência. Ainda que os dados apresentados por Lênin mostrem-se ultrapassados, as informações atuais só reforçam as conclusões a que ele chega, isto é, aumento do parasitismo financeiro, da miséria e da opressão sobre os países e sobre a classe operária.

Três aspectos foram destacados no estudo do livro. O primeiro diz respeito à dimensão econômica. Lênin demonstra que o imperialismo não é uma política do capital financeiro, mas sim uma fase econômica que traz em seu bojo como base social, o monopólio. O aumento e concentração de riquezas, a fusão entre capital industrial e bancário, a exportações de capitais, a formação de associações internacionais de monopólios e a aumento da partilha do mundo pelas potências são traços característicos dessa fase.

O segundo aspecto deriva do primeiro. A política que nasce nesse período é aquela que dá expressão ao parasitismo de grupos capitalistas, que vivem completamente desligados da produção, vivendo apenas de seus investimentos e aplicações nas bolsas de valores. A essa camada de burgueses acrescenta-se a camada de operários que é comprada para manter os interesses do imperialismo a salvo. Fenômeno de proporções gigantescas para a luta de classes, o oportunismo é a expressão política do “aburguesamento” de uma camada especial

da classe operária nos países mais industrializados, que só foi possível com o “aumento e concentração de riquezas”.

O terceiro aspecto refere-se ao lugar na história do imperialismo. Lênin nos faz concluir que o imperialismo é a última fase do capitalismo, a sua superação coincide com a superação do próprio capitalismo. A enorme socialização dos meios de produção através dos monopólios acentua a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, uma vez que tal socialização não corresponde ao “invólucro” que é a propriedade privada. Em virtude disso, as crises econômicas, os conflitos por matérias primas, etc., tendem a se acentuar, podendo apenas serem contidas por meio da revolução socialista, como bem demonstrou o século XX.

No segundo dia de estudo, discutimos a matéria sobre o Irã e as matérias sobre a Bolívia. O caso do Irã demonstra a que ponto chega a intervenção do imperialismo sobre um país semicolonial. A opressão nacional tem como pano de fundo a estratégia do imperialismo norte americano de deter as fontes de matérias primas e alimentar sua indústria bélica. Por outro lado, o caso da Bolívia evidencia o caminho a ser percorrido pelas massas para sua emancipação. A história de luta da classe operária boliviana e a construção de seu partido, o partido operário revolucionário, serve como um contraponto à força do oportunismo e da intervenção imperialista sobre todos os países.

Enfim, esse estudo, como os demais que o partido realiza, tem como objetivos fortalecer a sua militância e demonstrar para os trabalhadores em geral a necessidade de formação política e de construção do partido operário revolucionário, como instrumento na luta contra o imperialismo e a exploração capitalista.

# Reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

A década de 1960 foi particularmente grave para o PCB. O esgotamento do ciclo nacionalista aberto em 1930 com o governo de João Goulart e o golpe militar de 1964 expuseram o fracasso da política do estalinismo de apoio aos governos burgueses denominados de progressistas. A burguesia nacional que iria encabeçar uma revolução democrática – antilatifundiária e antiimperialista – não existia. A via pacífica de resolução das tarefas pendentes do Brasil atrasado e semicolonial se mostrou reacionária.

O programa que distinguia duas etapas bem definidas e separadas – a democrático-burguesa e a socialista – tinha sido posto à prova durante 40 anos. A evolução do capitalismo, a luta de classes e os acontecimentos políticos se encarregaram de mostrar que não havia base concreta, científica. O etapismo programático e as caracterizações subjetivas serviam de justificativas ideológicas para o estalinismo apoiar a burguesia industrial em detrimento da organização independente do proletariado. A prática da colaboração de classes, em nome da revolução antilatifundiária e antiimperialista, encabeçada por uma burguesia nacional “progressista” inexistente, transformou o PCB em contrarrevolucionário.

O conteúdo de classe do programa estalinista não era proletário internacionalista, mas nacionalista burguês. O fato de ter penetrado em uma camada da classe operária não modifica a essência burguesa de classe. Não se tratou de simples erros conceituais e equívocos próprios dos partidos jovens e inexperientes, pouco conhecedor do marxismo. Não, o correto é que o PCB assimilou integralmente a orientação do revisionismo estalinista do leninismo e o praticou por longo período, sem poder utilizar a crítica e autocrítica da sequência de erros no terreno da colaboração de classes.

A crise que despedaçou o PCB nos anos 60 foi conseqüência não apenas do V Congresso (agosto de 1960) que consagrou o triunfo da fração prestista, imbuída de aplicar a orientação do XX Congresso do Partido Comunista Russo de pacifismo e de coexistência pacífica com o imperialismo, mas de toda trajetória de colaboração contrarrevolucionária. Os estalinistas que se vangloriavam da unidade partidária monolítica deram lugar a um processo de cisão em várias tendências (PCdoB, ALN, PCB, MR-8 etc). Todas elas se lançaram à aventura foquista e se subdividiram em outras tantas organizações. A maioria desapareceu sob fogo da brutal repressão, mas fundamentalmente por expressarem a decomposição do estalinismo.

O PCdoB que teve enormes perdas de quadros na luta foquista do Araguaia e com a hedionda chacina da Lapa acabou sobrevivendo no período posterior. No entanto, para isso abandonou as premissas de sua origem e se lançou inteiramente na democracia burguesa. Transformou-se em um partido respeitado por setores da oligarquia e das Forças Armadas, ou seja, da reação.

O PCB continuou sua senda, mas debilitado, a ponto de perder a significância do passado. Com a retomada da democracia pós-ditadura e com a desintegração da União Soviética, nova crise se instalou. Uma de suas frações se colocou pela

dissolução definitiva do PCB e constituição de um partido socialdemocrata, pró-capitalista. A contenda deu lugar ao PPS, chefiado pelo pernambucano Roberto Freire. O destino desse novo partido foi o de se ligar a posições oligárquicas e pró-imperialistas, como as do DEM e PSDB.

O contingente que permaneceu com o PCB caracterizou os eurocomunistas e pepelistas como liquidacionistas. Somente em março de 1993, os remanescentes conseguiram dar um passo na reorganização do partido, realizando o X Congresso. Dezesseis anos depois, em outubro de 2009, o PCB realizou o XIV Congresso, no qual pretendeu abandonar ou modificar posições do antigo partidão.

Nos limites desse artigo, analisaremos criticamente as principais teses, reconhecendo que é necessário um estudo de maior fôlego sobre o PCB e o estalinismo.

## X Congresso do PCB

O 1º capítulo trata da crise estrutural do capitalismo e da ofensiva neoliberal que se abatia sobre a América Latina. Refere-se superficialmente ao “desaparecimento do bloco socialista na Europa” e a polarização concentrada entre norte-sul, entre “países ricos e pobres”.

A questão da reestruturação do capitalismo nas fronteiras do “bloco socialista” será desenvolvida no capítulo 2. O fundamental está em que se conclui que a luta antiimperialista se tornou mais difícil em nosso continente devido à “derrocada do socialismo na Europa”. Embora não seja objetivo desse capítulo explicar por que a União Soviética se desintegrou e todo Leste Europeu, observamos o mecanicismo da conclusão. O PCB mantém a posição de que a burocracia estalinista era um fator favorável à luta antiimperialista nas “nações oprimidas de Terceiro Mundo” (nota-se o conceito antimarxista de Terceiro Mundo que substitui o conceito de semicolonial).

A luta antiimperialista concebida pela burocracia do Kremlin, porém, se limitava a orientar os PCs a apoiarem a burguesia dita progressista, ou seja, o nacionalismo burguês e os governos que o representavam. Não se tratava, portanto, da luta antiimperialista encabeçada pelo proletariado. Chama a atenção a afirmação da Resolução de que “as burguesias perdem os poucos traços e interesses nacionais que as distinguem”, em função da internacionalização do grande capital. O que não mais se justificaria o apoio a dita burguesia progressista, antiimperialista. Os continuadores do PCB não pretendem e não podem fazer uma revisão crítica da relação do estalinismo com o nacionalismo burguês, que de fato teve importância para controlar o proletariado e as massas e que hoje se acha em declínio, principalmente no Brasil e Argentina.

O capítulo 2 é que mais interesse desperta por se tratar do esfacelamento da União Soviética. Notamos que os redatores da Resolução não encaram de frente e com seriedade o processo de restauração capitalista. No item 2.3, levantam-se mais dúvidas com perguntas diversas do que se esclarece o processo de restauração. Procura-se levar o leitor à idéia de que os acontecimentos eram recentes e ainda não se podia ter uma

compreensão precisa do fenômeno.

Assim começa o parágrafo: “Talvez ainda não se tenha distanciamento para apreciar o que provocou a queda da União Soviética e a derrota do socialismo real do bloco socialista da Europa”. Na realidade, o X Congresso acobertou a responsabilidade da fração estalinista que derrotou a fração trotskista no seio do partido bolchevique.

São próprias do estalinismo a deformação, a falsificação e a ocultação da verdade histórica, sob a máscara de um suposto materialismo histórico. A Resolução simplesmente desconhece a cisão histórica entre Stálin e Trotsky, cisão que se deu sobre a base do programa e da orientação da construção do socialismo. É como se não tivesse existido.

De forma geral, no ponto 3.4, se constata: “É certo que muitos traíram o Partido e o Estado Soviético, mas nenhuma interpretação que se pretenda marxista pode atribuir o fato da derrota do socialismo real na URSS à ação de um homem ou de um grupo de homens.” De uma penada, o X Congresso elimina do processo de restauração a estratégia da camarilha de Stálin do “socialismo em um só país.” Evidentemente, não se trata de um homem ou um grupo, mas a política de classe que Stálin e sua fração expressaram no partido e no comando do Estado operário.

Mais uma vez, os redatores se prendem no *talvez*: “Talvez tenham havido contradições de fundo entre a infra-estrutura socializada, corporificada na predominância da propriedade coletiva dos meios de produção, no mecanismo do planejamento econômico centralizado e no conjunto de políticas sociais, e o grande distanciamento que foi se implantando entre o cidadão e o poder estatal”. Não, senhores do PCB, não se tratou da contradição entre a propriedade social e o planejamento centralizado, ou seja entre a propriedade coletiva e a ditadura do proletariado, mas entre a propriedade social e a política da burocracia estalinista, que expressou no Estado Operário as pressões das classes inimigas da revolução. Essa discussão está documentada na luta da Oposição de Esquerda Russa e depois pela Oposição Internacional de Esquerda, liderada por Trotsky.

Não sejam estalinistas envergonhados! Ora, se se reconhece que houve a eliminação da democracia soviética, que a ditadura do proletariado foi transformada em “ditadura de um partido” e o afastamento das massas do controle da economia e do Estado, como é citado na Resolução, deve-se ir fundo na explicação histórica do terrível estalinista.

Observação: no próximo Massas continuaremos o estudo sobre a reorganização do PCB.

## Nesta edição:

- Bolívia é o 1º; Brasil, o 3º em desigualdade; Bolívia é o país mais desigual do mundo
- Na desigualdade, Brasil se encontra perto da Bolívia
- Igreja patrocina libertação de presos em Cuba
- Provocação de Uribe – uma ação dos Estados Unidos
- Bolívia - Que Processo de Mudança é Esse?
- Argentina - O Programa de Transição e a expropriação de certos grupos de capitalistas



## **Bolívia é o 1º; Brasil, o 3º em desigualdade Bolívia é o país mais desigual do mundo**

“O último informe do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), de julho de 2010, sobre a desigualdade, assinala que a região da América Latina e Caribe é a mais desigual de todas do mundo e a Bolívia aparece em primeiro lugar. Assinala uma nota do jornal que ‘Bolívia, a mais desigual entre as desiguais, têm milhares de seus habitantes sobrevivendo com um dólar ou menos ao dia’.

Uma investigação de Carita Bolívia, do ano de 2004, revela que ‘no ano de 2002, 10% do total da população, aproximadamente uns 830 mil habitantes, se apropriaram de quase todos os recursos gerados no país, enquanto que os 10% mais pobres ficaram com menos de 0,17% dos recursos, isto é, 270 vezes menos’.

Segundo um estudo da Unidade de análise de Políticas Econômicas do governo boliviano (Udape), entre 1999 e 2001,

os recursos dos 10% de bolivianos mais ricos aumentaram 11%, enquanto que os 10% mais pobres perderam quase 20%. A tendência é a de que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres. O informe do PNUD mostra que esta situação não se modificou, continuamos sendo o segundo país mais pobre do continente e o mais desigual quanto à distribuição de recursos entre seus habitantes.

Todos os planos e recomendações do PNUD para diminuir a desigualdade no continente fracassaram. A explicação está em que a desigualdade é inerente ao modo de produção capitalista e é maior quanto mais pobre e atrasada é a economia do país. Enquanto não se modificar o modo de produção burguês, não será possível acabar com a desigualdade social e econômica.

Bolívia que é um país capitalista atrasado, com alto nível



de atraso, a coluna vertebral de sua economia é a extração de matéria-prima para o mercado mundial: minerais e gás, fundamentalmente. Este setor está controlado pelas multinacionais, agora formalmente “sociais” do Estado, mas na realidade, como possuidoras do capital para investimento e desenvolvimento, ou seja, os que definem a sorte do setor. Uma grande parte da riqueza gerada por essa atividade sai do País como lucro das multinacionais e o que fica é repartido entre o Estado burguês e a burguesia nativa. Esse é o setor capitalista da economia. O restante da economia permanece no atraso em maior ou menor grau. A grande massa camponesa (aproximadamente 3 milhões de habitantes, que representam 38%) sobrevive na grande miséria, assentada em uma economia de subsistência ligada ao minifúndio. Nas cidades, outra grande massa de migrantes do campo enche os enormes subúrbios pobres. A eles não lhes chega quase nada, vivem, como assinalam os estudos, com o salário mínimo de poucos dólares por dia. O desenvolvimento industrial do País é mínimo, nas cidades, a volumosa maioria é de trabalhadores informais: artesãos, micro-empresários etc.

O governo do M.A.S., que pretende ser um governo do “povo”, dos “setores sociais”, ou seja, das maiorias empobrecidas, respeita e protege o modo de produção capitalista atrasado, que caracteriza o País. Assim, à margem de suas intenções, não pode transformar a sociedade fazendo-a mais equitativa e justa como ele diz.

O M.A.S., a partir do momento que respeita a grande propriedade privada nativa e imperialista, junto com a média e a pequena, desenvolve uma política burguesa. É, por isso, um governo lacaios dos ricos e do imperialismo.

É fundamental compreender essa realidade para o processo de maturação política dos explorados. Em nossa época de domínio imperialista, a opressão nacional e o atraso não podem ser resolvidos no marco do capitalismo, que atua como força mundial por cima das fronteiras nacionais.

## Na desigualdade, Brasil se encontra perto da Bolívia

Se a Bolívia é o primeiro em desigualdade, como analisou o POR boliviano utilizando os dados do PNUD, o Brasil é o terceiro, segundo essa mesma agência do imperialismo.

Os dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam que o Brasil é o terceiro pior do mundo em diferenças entre ricos e pobres. O 1º da escala é a Bolívia; o segundo, o Haiti, a Tailândia e a África do Sul; e o terceiro, Brasil e Equador. Revela também que entre os 15 países com maiores desigualdades, 10 estão na América do Sul e Central.

A constatação do Brasil, pouco acima do Haiti e a Bolívia, vem sendo contestada pelos institutos nacionais e pelo governo. Dizem que o relatório saiu defasado, porque não leva em conta os anos posteriores a 2006, quando a desigualdade está diminuindo. Usam os dados do Gini de 2006 e 2008, que mostram a queda de 2,4%. Argumentam que o Brasil vem reduzindo as desigualdades, “a renda dos 10% mais pobres cresceu seis vezes mais rápido do que a dos 10% mais ricos”. Reconhe-



A emancipação nacional e a superação do atraso passam necessariamente pela revolução socialista, isto é, pela liquidação da grande propriedade privada burguesa-imperialista e pela implantação da propriedade social dos meios de produção.

A classe que, pelo seu modo de produzir é inimiga da grande propriedade privada, é a classe operária. Em nosso País, é a minoria imersa dentro da grande massa de oprimidos, mas politicamente potenciada porque está ligada ao eixo econômico do País. Por isso, é ela que joga o papel de direção política do conjunto da nação oprimida”.

(Extraído do Jornal Massas nº 2181, periódico do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

cem que a desigualdade ainda é grande.

Há um ano, a Pesquisa de Orçamentos Familiares, do IBGE, concluiu que 22% da população brasileira vive com apenas R\$6,00 por dia e que a renda média das famílias dessa faixa era de R\$544,00. Portanto, mal dava para a cesta-básica. Os economistas explicam que a distribuição de renda melhorou nos últimos anos em todas as regiões. Afirmam que no Nordeste, em 2003, a renda média per capita dos 10% mais ricos era 11,8 vezes maior que a dos 40% mais pobres. E que, no ano de 2009, houve a redução para 11,4% vezes. Atribuem a essas mudanças a política assistencialista do governo. A redução quase insignificante é usada para amenizar o dado bombástico de que o Brasil é o terceiro pior do mundo. O assistencialismo não diminui as desigualdades, apenas mascara a miséria de milhões.

O governo Lula ampliou os programas sociais, com o intuito de diminuir as disparidades sociais. Mas os resultados são ínfimos. A tendência é a de manter as desigualdades entre os exploradores e os explorados e os desequilíbrios regionais,

resultantes da implantação e desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no País semicolonial.

O fato é que no Brasil há uma camada extremamente reduzida de ricos e uma massa enorme de miseráveis. Que a maioria desse contingente de pobres herdou a miséria e carrega para os filhos a herança da fome. Que a tal decantada mobilidade social não alcança os milhões de brasileiros, que estão alijados do trabalho e dos estudos. Que uma ultra-minoria concentra a riqueza e detém o controle econômico e político em suas mãos.

Diferentemente da Bolívia, que não alcançou a industrialização, o Brasil se destaca na América Latina por ter um parque industrial altamente avançado e concentrado no Sudeste. Grandes empresas nacionais e multinacionais se entrelaçam e condicionam a gigantesca exploração da maioria, o que eleva

a concentração de riqueza no pólo da minoria capitalista e de pobreza da esmagadora maioria.

Destruir essa estrutura econômica e social, exige a transformação da base material que sustenta a sociedade de classes, eliminando a contradição fundamental do sistema capitalista, que é a produção social e apropriação privada. Essa transformação só se dará por meio do choque de classes antagônicas: proletariado e a burguesia. Não virá pela via das concessões do Estado e de seus governantes, por mais popular que seja. Será fruto da revolução proletária e da implantação do governo operário e camponês, forma que assume a ditadura do proletariado para expropriar a minoria burguesa detentora dos meios de produção. Só assim a desigualdade social será erradicada.

## Cuba

# Igreja patrocina libertação de presos em Cuba

O Arcebispo de Havana obteve do governo cubano um acordo de libertação de 52 presos, considerados “dissidentes”. Fez parte das tratativas o chanceler espanhol Miguel Ángel Moratinos. O acontecimento foi recebido como resultado das pressões internacionais, que se avolumaram com a morte do preso Orlando Zapata, depois de sustentar por 85 dias uma greve de fome, e com a possibilidade da morte de Guillermo Fariñas, que por 125 dias mantinha-se em jejum.

As negociações foram divulgadas no início de julho. Em 9 de julho, Raúl Castro publicou a lista dos 5 primeiros a serem libertos e Fariñas suspendeu a greve de fome. No dia 13, sete são exilados para a Espanha. Confirmava-se, definitivamente, que a Igreja e o governo espanhol haviam obtido o acordo de soltura.

Os 52 prisioneiros são identificados como opositores detidos em 2003, no processo repressivo que se denominou Primavera Negra, num total de 75 detenções. Foram considerados agentes da contrarrevolução, promovida pelos Estados Unidos.

A comissão da ONU para os Direitos Humanos, Navy Pillay, exigiu que o governo cubano liberte todos os presos políticos. Tratou-se de mais um ato de propaganda, uma vez que o pacto com a Igreja já o prevê. A questão para Raúl Castro e para a Igreja está em distinguir quem é e quem não é preso político, bem como separar os casos em que houve atentado terrorista e morte.

A influência da Igreja sobre o Estado cubano ganhou plenitude com o reatamento do castrismo com o Vaticano. Não por acaso, a grande imprensa destacou que a libertação dos 52 presos é a maior desde 1998, quando o papa João Paulo II visitou Cuba. Circunstância em que foram soltos 299 prisioneiros, sendo 101 presos políticos. Não é, portanto, novidade que a burocracia castrista aceite e incentive a interferência da Igreja, como se esta não fosse o aparato contrarrevolucionário infinitamente mais perigoso para as conquistas da revolução do que os opositores contrarrevolucionários a soldo do imperialismo.

Numa ação conjunta, a Igreja e o Estado espanhol atuam

para que a ditadura burocrática acelere o processo de restauração capitalista.

Não há e não haverá revolução que não tenha de enfrentar a reação burguesa restauracionista. A contrarrevolução tem de ser vencida não somente no terreno nacional, mas também no internacional. O isolamento é fatal, caso persista no tempo e fique à mercê das forças capitalistas.

A conquista do poder pelo proletariado em um país coloca imediatamente o desenvolvimento da revolução em outras partes, o que não quer dizer que ocorra automaticamente. A experiência mostra que a derrota da burguesia em um determinado país estremece os alicerces do capitalismo a sua volta e motiva o proletariado internacional à luta socialista, o que lhe dá confiança.

A Revolução Russa, por contar com um partido rigorosamente marxista, abalou o mundo e modificou a relação do proletariado com a burguesia em toda latitude. Mas outras revoluções provocaram grandes repercussões, como a chinesa e a cubana. Na América Latina, vivenciamos de perto a experiência de uma revolução que se iniciou como democrático-burguesa e se transformou em socialista com a expropriação geral da burguesia e expulsão do imperialismo.

Não obstante, o estrago da degenerescência do partido bolchevique e da ditadura do proletariado na ex-União Soviética pela revisão de Josef Stalin, que reduziu o internacionalismo à fórmula do “socialismo em um só país” e que eliminou completamente a democracia operária já pode ser avaliada em sua plenitude. As previsões de Trotsky sobre o perigo de União Soviética adentrar à restauração e se desintegrar, sobretudo formuladas no livro “A Revolução Traída”, desgraçadamente, se confirmaram.

A separação do Estado Operário e da ditadura do proletariado perante as massas trabalhadoras e a sua condução por uma burocracia estatal interrompem a luta internacionalista, isolam a revolução frente ao proletariado mundial e abrem caminho interno e externo para a restauração. Esse fenômeno histórico se manifestou na União Soviética e atingiu todas as

revoluções, marcadas pelo nacionalismo socialista.

A Cuba socialista nasceu sob o domínio da burocracia estalinista. O Partido Comunista gestado pela revolução padeceu da política mundial da burocracia do Kremlin. A ditadura do proletariado em Cuba se degenerou no nascedouro na forma da ditadura burocrática do castrismo. O partido único e a repressão generalizada a qualquer oposição, não apenas à pró-imperialista, bem como o controle autoritário da vida sindical, espelham a estalinização da revolução cubana.

O imperialismo e a burguesia latino-americana se utilizaram do ataque ao regime do partido único e da ausência da democracia proletária para indentificar a ditadura castrista com o comunismo. O que não poderiam fazê-lo frente à autêntica democracia operária, que possibilita as massas protagonizarem a política no país e a resolverem os problemas da construção econômica do socialismo (de transição para o comunismo mundial).

As prisões e as pesadas penalidades aos opositores que reivindicavam a implantação da democracia formal, portanto, burguesa, acabariam servindo não à revolução, mas sim à re-

ação restauracionista. Cada intervenção da Igreja e do Estado imperialista da Espanha enfraquece as conquistas dos explorados cubanos. A burocracia castrista acaba por servir de correia de transmissão do Vaticano, cuja função precípua é manter a sociedade de classe e combater o marxismo, ou seja, o comunismo.

A libertação dos prisioneiros não foi uma medida da democracia operária, como não foram suas detenções. Representou uma imposição de forças externas restauracionistas. Por mais que o acordo de libertação pareça ser uma manobra do governo castrista frente ao imperialismo e um sinal de agrado a governos “amigos”, como o de Lula, não significou senão capitulação. É preciso rechaçar a intervenção da Igreja e do imperialismo em quaisquer questões. E ter claro que a soltura dos opositores pró-capitalistas nestas circunstâncias é sinal de crise da ditadura burocrática e do avanço da restauração na Ilha.

A tarefa que se coloca para combater a reação e defender as conquistas da revolução é de construir em Cuba o partido marxista-leninista-trotskista, baseado no programa da revolução política.

## Venezuela

# Provocação de Uribe – uma ação dos Estados Unidos

No apagar das luzes de seu governo, Álvaro Uribe apresentou a denúncia na OEA de que a Venezuela protege em seu território um contingente de 1.500 guerrilheiros das Farcs. Na reunião da Unasul, o chanceler venezuelano reafirmou o desmentido do governo Hugo Chávez. O general Douglas Fraser, chefe do Comando Sul das Forças Armadas dos EUA, saiu em defesa de Uribe, garantindo veracidade.

A ruptura de relações diplomáticas da Venezuela com a Colômbia é mais um acontecimento na acidentada relação dos países vizinhos. Está prevista a posse do novo governo de Juan Manuel Santos, eleito recentemente como candidato de Uribe e dos Estados Unidos, o que indica que a acusação contra a Venezuela é uma manobra para pressionar o governo de Chávez que enfrenta uma situação interna de crise econômica e externa de ataques às medidas nacional-estatistas.

O “socialismo do século XXI” bolivariano é uma farsa. Não expropria o conjunto da grande propriedade. As nacionalizações não passam de desapropriações, com indenizações. Mas basta o estatismo capitalista e a retórica socialista do nacionalismo burguês para ouriçar a reação imperialista.

A guerrilha das Farcs e o narcotráfico serviram de motivo para a burguesia colombiana escancarar as portas para os Estados Unidos. Na realidade, a produção de cocaína e seu comércio não passam de álibi. Os EUA são o maior consumidor mundial de drogas e também grande produtor de entorpecentes sintéticos. A droga é uma mercadoria entrelaçada nas relações comerciais e tende a crescer com a decomposição social do capitalismo. As Farcs estão confinadas, tamanha a intervenção dos Estados Unidos e da violência reacionária do Estado colombiano. Internacionalmente, o imperialismo conseguiu transformá-las aos olhos das massas como braço armado do

tráfico. Sem vínculo com a classe operária e com a perda do apoio camponês, a guerrilha se isolou e passou a atuar na forma do foquismo. Tudo indica que as Farcs não têm futuro para a revolução e estão a caminho da desintegração. Mas os Estados Unidos têm usado a “narcoguerrilha” como camuflagem para o intervencionismo.

Os êxitos de Uribe se deveram aos bilhões de dólares despejados pelo Plano Colômbia, arquitetado por George W. Bush. O país mantém-se no mais profundo atraso econômico, as massas enfrentam altas taxas de desemprego, a miséria campeia solta e sobressalta a alta concentração de renda que permite a minoria esbanjar luxo.

O conflito com a Venezuela trouxe um grande custo para a Colômbia, uma vez que os venezuelanos eram consumidores de suas mercadorias. Há que se entender que os dois países são semicoloniais e que a dissensão entre os Estados reflete a presença atuante do imperialismo norte-americano.

Não é o nacionalismo e a demagogia socialista de Chávez que importunam a burguesia colombiana, embora a reação oligárquica exista nos dois lados, mas sim a atuação do imperialismo que joga um país contra outro. As Forças Armadas da Colômbia pensariam muitas vezes antes de violar as fronteiras do Equador, como o fizeram atacando um acampamento das Farcs e assassinando um de seus principais comandantes. A decisão somente foi possível devido à retaguarda dos Estados Unidos, prontos a garantir uma guerra com o Equador e Venezuela.

As bases militares norte-americanas construídas na Colômbia indicaram mais ainda o grau de comprometimento da burguesia nativa e de seu governo com o imperialismo. Colômbia é descaradamente um país vendido e serviçal. Chegou-se

a tal ponto em razão da desorganização da classe operária e do fracasso das Farcs, surgidas da divisão do estalinismo colômbiano. As Farcs conservaram o programa da revolução democrática (etapismo) e assumiram a tese da guerrilha agrária, desconhecendo a tarefa fundamental de organizar o proletariado como força motriz das transformações.

Não se pode ignorar que a incapacidade militar das Farcs frente ao Estado armado pelo imperialismo – os paramilitares foram fundamentais, até o momento em que se evidenciaram narcotraficantes – serviu não só para combater a guerrilha, mas sobretudo a classe operária e para arregimentar politicamente

a classe média urbana. Esse é o drama que está por trás dos conflitos entre duas nações oprimidas pelo imperialismo, que somente a unidade das massas exploradas poderá resolver.

É fundamental que a vanguarda proletária se coloque pela construção do partido marxista-leninista-trotskista. O POR rechaza o ataque do sanguinário, corrupto e pró-imperialista Uribe à Venezuela. Levanta a bandeira de expulsão do imperialismo da Colômbia, como ponto de partida para a solução dos problemas. O proletariado e demais explorados, principalmente os camponeses, têm diante de si a tarefa de pôr em pé uma frente única antiimperialista e anticapitalista.

## Bolívia

# Que Processo de Mudança é Esse?

O governo do MAS usa a mídia, da mesma forma que usa os dirigentes e os burocratas que lhes são subordinados, advertindo que qualquer crítica à sua política significa ser contra o “processo de mudança”. Soma-se a isso que a direita paleozóica ajuda essa linha ao propagar que as medidas implementadas pelo governo ameaçam “a democracia e a liberdade”, quando, na realidade, as multinacionais e a burguesia parasitária nacional continuam se enriquecendo com a exploração dos recursos naturais e os baixos salários pagos aos trabalhadores.

Em primeiro lugar, o Governo anuncia com pompa que agora 70% do investimento público é feita pelo Estado e apenas 30% provêm de fundos externos. Poderia parecer uma boa notícia. No entanto, este investimento vem da venda de matérias-primas, o rendimento gerado pela exploração de petróleo e mineração por empresas multinacionais sócias do governo na YPFB (Empresa Petrolífera) e na Comibol (Mineradora). Ou seja, num país sem a industrialização e com um nível de lucratividade para as empresas estrangeiras entre 25 a 30%, enquanto nos países árabes os lucros das companhias de petróleo estão entre 9 e 12%.

Em outras palavras, as corporações multinacionais continuam ganhando o mesmo, ou até mais que na época dos governos neoliberais e com a permissão do MAS. O mesmo acontece com as empresas de mineração. Tal é o caso da San Cristobal que teve lucros de 1 bilhão de dólares e só pagou ao Estado boliviano 35 milhões de dólares, ou seja, 3,5% do lucro total! É esse o processo de mudança?

O governo do MAS é tão entreguista quanto os anteriores e um exemplo disso é que não revogou o Código de Mineração porque não quer tocar nos interesses das mineradoras privadas e das cooperativas, onde existem os maiores níveis de exploração dos trabalhadores. Além do mais, o atual governo, através do Ministério de Minas e com a permissão do Ministério do Meio Ambiente, está dando concessões de mineração para multinacionais no oriente boliviano, sem estudos de impacto ambiental etc. Fraturam-se todas as TCOs (Tierra Comunitaria de Origen) dos povos indígenas do oriente. Foi isso o que restou da autodeterminação dos povos?

Não admira que o governo se oponha aos processos de consulta pública, que é um direito dos povos onde há recursos naturais estratégicos, de decidir se aceita ou não a exploração em seus territórios. Além disso, 67% das áreas protegidas do

## Damian


país estão com concessões para mineração. E o respeito à Mãe Terra, a Pachamama? Demagogia barata utilizada por Evo Morales em suas viagens de lazer ao exterior.

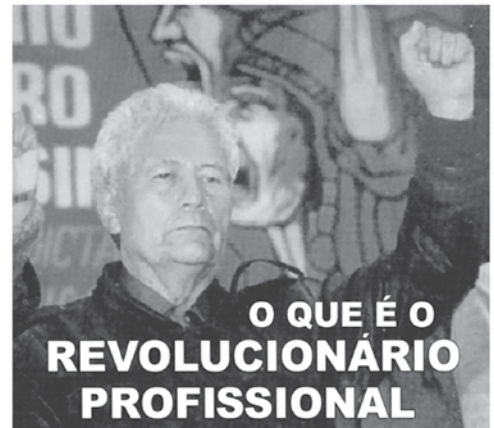
Em outras palavras, o governo do MAS continua a manter e reforçar o modelo de desenvolvimento capitalista baseado na extração de recursos naturais como matéria-prima e isso não é nenhum processo de mudança.

O verdadeiro processo de mudança ocorrerá quando os explorados tomarem em suas mãos o Estado e destruírem todas as formas de exploração capitalista, o planejando a economia e a gestão sustentável e soberana dos recursos naturais, para o benefício coletivo de todos os bolivianos.


Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, nº 2080, de 23/07/2010

**Adsqira com o distribuidor deste jornal:**

**Guillermo Lora** 



**O QUE É O REVOLUCIONÁRIO PROFISSIONAL**

Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**  
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DEFESA PROLETÁRIA

# O Programa de Transição e a expropriação de certos grupos de capitalistas

(extraído do Jornal Massas nº 239 do POR-Argentina)

O programa socialista de expropriação, vale dizer, de destruição política da burguesia e de liquidação da sua dominação econômica, não pode, em nenhum caso, constituir um obstáculo no período presente de transição, sobre diversos pretextos, à reivindicação de expropriação de certos ramos da indústria, vital para a existência nacional dos grupos mais parasitários da burguesia.

Assim, aos sermões lamurientos dos senhores democratas sobre a ditadura das 60 famílias dos Estados Unidos ou das 200 famílias da França, nós opomos a reivindicação de expropriação desses 60 ou 200 senhores feudais do capitalismo.

Deste modo, reivindicamos a expropriação das companhias monopolistas da indústria de guerra, dos ferroviários, das mais importantes fontes de matérias primas, etc...

A diferença entre estas reivindicações e a consigna reformista demasiadamente velha de nacionalização consiste em que: 1) Nós rechaçamos a indenização; 2) Prevenimos as massas contra os charlatães da Frente Popular que, enquanto propõem a nacionalização em palavras, seguem na prática sendo os agentes do capital; 3) Aconselhamos as massas a contar somente com sua força revolucionária; 4) Ligamos o problema da expropriação à questão do poder operário e camponês.

A necessidade de lançar a consigna da expropriação na agitação cotidiana, por conseqüência, de uma maneira fracionada e não somente desde um ponto de vista de propaganda, sobre sua forma geral, é provocada por que os diversos ramos da indústria se encontram em distinto nível de desenvolvimento, ocupam lugares diferentes na vida da sociedade e passam por diferentes etapas da luta de classes.

**Só o ascenso revolucionário geral do proletariado pode pôr a expropriação geral da burguesia na ordem do dia.**

**O objetivo das reivindicações transitórias é o de preparar o proletariado para a resolução desta tarefa.**

## LUTA POLÍTICA PARTIDÁRIA E MÉTODOS

### Elevar o nível de discussão programática

A história da construção da Direção Revolucionária do Proletariado (seu partido) tem se nutrido historicamente da mais dura luta política pela defesa do programa que enuncia os interesses históricos da classe operária e dos explorados.

Luta teórica e prática em todos os âmbitos da luta de classes tem sido e é o reflexo da experiência viva da classe

operária por construir a ferramenta necessária para concretizar sua estratégia: A Revolução Socialista em nível mundial.

Uma infinidade de partidos, grupos, movimentos, frentes, dirigentes, confrontam dia-a-dia sua experiência e sua verdade neste caminho, porém nem sempre os métodos utilizados nesta luta se enquadram nos limites de classe que se diz defender.

A luta entre distintas organizações na busca de influência sobre a classe em tempos normais se tem caracterizado por ácidas e críticas polêmicas, cujo objetivo (ao menos para nós) é mostrar à vanguarda que luta os desvios e equívocos no caminho da revolução. É por isso que não temos receio algum em criticar o que consideramos políticas centristas, reformistas ou revisionistas do marxismo, que se transformam em freios à luta revolucionária pela ditadura do proletariado. Certamente, que estas críticas nem sempre são do agrado dos criticados, mais ainda quando se trata de direções com algum influência e prestígio entre setores da classe.

A reação dos criticados, no melhor dos casos, é de ignorar as críticas e seguir adiante, confiando que o tempo fará esquecer seus erros ou se justificando no atraso da consciência da classe. Porém, quando a crítica sacode os cimentos de sua política (em especial a dos centristas PTS/PO) e põe em dúvida seu prestígio, as coisas mudam. Surgem desde aí a miséria intelectual, o vedetismo midiático e o prestígio puro, começando campanhas sórdidas de desprestígio com rumores e acusações morais que enlameiam o campo e tentam bloquear a influência de militantes de outras organizações a quem consideram inimigos.

As organizações de origem pequeno-burguesas que tentam acercar-se ao proletariado recorrem a estes métodos tipicamente estalinistas, para tapar seus grosseiros erros políticos e seu raquitismo.

Nossa tarefa de denunciar o centrismo reformista é firme e é por isso que advertimos que não toleramos acusações nem ataques com denúncias canalhas que afetam a moral de nenhum de nossos companheiros.

Assim mesmo chamamos a vanguarda que luta a elevar-se por cima das mesquinhas e rumores típicos dos alcoviteiros, para discutir frente à classe nossas diferenças, superando a política de aparatos daquelas organizações mais preocupadas pelo parlamentarismo e pela legalidade burguesas que pela organização da vanguarda revolucionária frente à estratégia da classe operária.